

Ilustração de capa: Vania Pierozan

Agroecologia e o futuro sustentável para o planeta. Um debate

Daniel Tygel

Agronegócio, transgênicos, agrotóxicos e a alternativa da agroecologia

Marcelo Calazans

Agroecologia por um mundo mais sustentável

Fernando Ferreira Carneiro

Alternativa agroecológica contra os agrotóxicos e transgênicos

E mais:

>> **Isamara Allegretti:**

Geração Y: primeira geração global

>> **Francisco Utray:**

Acessibilidade à TV digital para pessoas com necessidades especiais

Agroecologia e o futuro sustentável para o planeta. Um debate

A revista **IHU On-Line** desta semana retoma o tema da sustentabilidade do planeta. Desta vez debatendo a proposta da agroecologia.

Participam do debate o professor pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), **Fernando Ferreira Carneiro**, o secretário executivo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, **Daniel Tygel**, o sociólogo **Marcelo Calazans**, coordenador do Programa Regional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE no Espírito Santo, membro da Rede Deserto Verde e da Rede Latino-Americana contra Monocultivo de Árvores, a socióloga **Letícia Rangel Tura**, diretora-executiva da Fase, a antropóloga **Maria Emília Lisboa Pacheco**, assessora do programa Direito à segurança alimentar, à agroecologia e à economia solidária, da Fase, **Larissa Ambrosano Packer**, advogada da Terra de Direitos, e a nutricionista **Claudia Witt**, mestranda em Saúde Coletiva na Unisinos.

Por sua vez, a pesquisadora **Joana Terezinha Puntel** aborda o tema da Igreja Católica na Internet, e como este ambiente está começando a fazer surgir um novo modo de ser religioso.

A professora **Isamara Allegretti**, coordenadora do curso de Graduação Tecnológica de Gestão de Recursos Humanos da Unisinos, reflete sobre a “**Geração Y: primeira geração global**”, tema do evento desta semana no IHU.

O artigo “**Acessibilidade à TV digital para pessoas com necessidades especiais**”, de autoria de **Francisco Utray**, doutor em Documentação e professor titular de Comunicação Audiovisual na Universidade Carlos III de Madri, completa a edição juntamente com a reportagem sobre a trajetória de vida de **Valdir José de Bona**, engenheiro civil, dono dos restaurantes Fratello, Ramblas e responsável pela alimentação oferecida no Restaurante Universitário - RU - da Unisinos.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana.

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães (thamirism@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patrícia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Rafaela Kley e Stefanie Telles. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



Ministério da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Daniel Tygel: Agronegócio, transgênicos, agrotóxicos e a alternativa da agroecologia

PÁGINA 11 | Marcelo Calazans: Agroecologia por um mundo mais sustentável

PÁGINA 15 | Fernando Ferreira Carneiro: Alternativa agroecológica contra os agrotóxicos e transgênicos

PÁGINA 19 | Cláudia Witt: Transgênicos e agrotóxicos X caminhos para uma alimentação saudável

PÁGINA 20 | Maria Emília Lisboa Pacheco: “É preciso outro modelo de desenvolvimento”

PÁGINA 23 | Larissa Ambrosano Packer: A biodiversidade transformada em mercadoria

PÁGINA 25 | Leticia Rangel Tura: Um outro modelo de desenvolvimento para a Amazônia

B. Destaques da semana

» Entrevistas da Semana

PÁGINA 28 | Joana Puntel: A religião na internet: surgimento de um novo modo de ser religioso

» Coluna do Cepos

PÁGINA 30 | Francisco Utray: Acessibilidade à TV digital para pessoas com necessidades especiais

» Destaques On-Line

PÁGINA 32 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 35 | Isamara Allegretti: Geração Y: primeira geração global

» IHU Repórter

PÁGINA 38 | Valdir José de Bona



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Agronegócio, transgênicos, agrotóxicos e a alternativa da agroecologia

A economia solidária e a alternativa agroecológica trazem em seu seio os germes de uma sociedade em que a cooperação e a vida estão acima da competição e do lucro, diz Daniel Tygel

POR THAMIRIS MAGALHÃES

O secretário executivo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Daniel Tygel, frisa, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, que a forma de a Economia Solidária e a Agroecologia lidarem com crises econômicas não passa pela exclusão de seus trabalhadores, mas por outras estratégias, como solidariedade comunitária, busca de ampliação do leque de produtos e articulação em rede nos territórios. “Trata-se, portanto, de atividades econômicas enraizadas nos territórios e em que o ser humano e o bem-estar coletivo estão no centro, e não o lucro e a acumulação de capital”. Para ele, o modelo hegemônico de produção agrícola e de desenvolvimento é completamente contrário à produção agroecológica e a uma Economia Solidária. “Não é possível o convívio do agronegócio, dos transgênicos e dos agrotóxicos com a agroecologia. Não é possível o convívio de um modelo de desenvolvimento capitalista com as redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários. A agroecologia e a economia solidária trazem em seu seio os germes de uma sociedade em que a cooperação e a vida estão acima da competição e do lucro. O agronegócio, as corporações e o mercado financeiro se orientam pelos interesses econômicos de algumas poucas e influentes famílias e grupos empresariais ou de acionistas”.

Daniel Tygel é mestre em Física Teórica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e secretário executivo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em sua opinião, quais foram pontos fortes do Encontro de Diálogos e Convergências, ocorrido em Salvador entre os dias 26 e 29 de setembro deste ano?

Daniel Tygel - Primeiramente, o fato de o encontro ter sido construído de forma conjunta, durante quase dois anos, entre nove redes diferentes, constitui um ponto forte. São elas: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA; Associação Brasileira de Agroecologia - ABA; Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA; Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN; Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Abrasco; Rede Alerta contra o Deserto Verde - RADV; e Marcha Mundial das Mulheres - MMM.

Estamos em um momento de várias crises, e ao mesmo tempo de expressão massiva de indignação contra a financeirização da vida. Os indignados de países árabes, europeus, latino-americanos, africanos, asiáticos e norte-americanos estão cada vez mais visíveis. As ocupações dos “Wall Streets” nas metrópoles, no dia 15 de outubro, ampliaram o movimento.

Com o Encontro de Diálogos e Convergências, nos somamos a esta indignação, trazendo junto a ela a proposta concreta de alternativas no campo econômico e da produção agroalimentar. Vivemos, portanto, um tempo de ousadia, indignação e de proposição criativa, e por isso saio muito entusiasmado com as possibilidades de ação que aquelas 300 pessoas das nove redes construíram durante o Encontro.

A metodologia do encontro enfrentou o desafio de buscar sempre associar

três elementos em todos os debates: a denúncia crítica, a resistência e a construção de alternativas. Há redes, como a Rede de Justiça Ambiental e a Rede Alerta contra o Deserto Verde, que focam bastante na denúncia quanto às inconsistências e danos do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura. Já o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Articulação Nacional de Agroecologia têm foco bastante forte na construção de alternativas concretas às necessidades da sociedade, buscando superar o modelo. Além disso, dentro das redes, há várias iniciativas de resistência dos povos e comunidades tradicionais, a resistência em manter seu modo de vida, sua cultura, sua terra, a apropriação coletiva dos resultados, sua lógica econômica. Isso vale também para as iniciativas de afirmação da autonomia das mulheres. A articulação entre denúncia, resistên-

cia e construção de alternativas, que se destaca bastante na carta política final, traz uma riqueza gigantesca ao debate e um maior poder de ação de cada uma das redes e movimentos que construíram o Encontro.

Tenho a convicção de que o Encontro de Diálogos e Convergências não é o ápice de um processo, mas uma etapa importante, um “engatar no trilho” em direção a uma ampla construção, a partir deste método experimentado e apropriado, de diálogos e convergências nos territórios, que é onde as lutas são travadas e onde a vida acontece. O encontro será avaliado pelos seus desdobramentos na construção de *ambientes territoriais de diálogos e convergências*, e não somente pelas suas deliberações. Não há novidade na necessidade de buscar convergências entre os movimentos no Brasil. A novidade nesse encontro, portanto, foi a proposta de metodologia para se avançar nessa busca e fazer política de maneira inovadora, que se mostrou bastante consistente com a realidade dos atores que compõem a base de cada uma das redes e movimentos promotores do Encontro e teve uma apropriação e ressonância muito positivas.

Já começam a se desenhar alguns resultados concretos, como a realização, nos próximos meses, de encontros locais de diálogos e convergências em diferentes estados. Outro desdobramento positivo foi a iniciativa, na primeira semana de outubro, de convergência entre três campanhas: a Campanha contra os agrotóxicos e pela vida; a Campanha pela Lei da Economia Solidária, e a Campanha pela Reforma Política. Do Encontro também saiu uma agenda bastante concreta e importante, a meu ver, que é a construção do Intermapas, uma ferramenta de visibilização, numa mesma plataforma da internet, de um “mapa de mapas”, ou seja, a disponibilização das informações produzidas por diferentes mapas, como o de agroecologia, o de economia solidária, os projetos financiados pelo BNDES e o das injustiças ambientais num mesmo mapa interativo. Um protótipo do intermapas encontra-se em <www.fbes.org.br/intermapas>.

“O modelo hegemônico de produção agrícola e de desenvolvimento é completamente contrário à produção agroecológica e a uma Economia Solidária”

IHU On-Line - De que maneira pode ser realizado o consumo consciente e responsável? Quais são as estratégias para que haja maior aproximação entre agricultores e consumidores?

Daniel Tygel - O consumo consciente e responsável acontece quando quem consome passa a desnaturalizar o ato de consumir e percebe que este ato é fazer um investimento numa determinada forma de produzir, num modelo de sociedade, e não é, de forma alguma, definido simplesmente pela vontade e pelo gosto de cada um e cada uma. É, portanto, um ato político e de investimento econômico. Frequentemente confunde-se o consumo consciente e responsável a certos dogmas do politicamente correto e das boas práticas: “jogue o lixo no lixo”, “não use descartáveis”, “mantenha a torneira da pia fechada”, etc. Não é assim que o vemos. Para nós, o consumo responsável significa ter um olhar constantemente curioso sobre o mundo, sobre a forma como e em que condições cada produto é fabricado, sobre a maneira como as lojas, feiras e supermercados funcionam. Portanto, para consumir responsávelmente, basta ser curiosa/o sobre o mundo à nossa volta, e se perguntar: “será que este produto que vou consumir, ou este supermercado em que vou entrar, tem uma história e uma forma de funcionamento que vão de acordo com valores como a preservação ambiental, a justiça social, a equidade e autonomia de gênero, raça e etnia?”.

A partir daí, todo um universo se abre, e as alternativas podem ser encontradas em feiras locais, centrais de comercialização, na organização do

consumo coletivo, na priorização de produtos e produtores locais (mercearias, lojinhas), na valorização da cultura e culinária locais, etc. O consumo responsável é, portanto, uma opção política pelo fortalecimento de um outro tipo de relação econômica em que todos saem ganhando: o consumidor por acessar produtos de qualidade, conhecendo inclusive sua origem, e os produtores e comercializadores por poderem estabelecer esta relação direta com o consumidor.

A aproximação entre produtores e consumidores é de fundamental importância. As grandes redes de supermercado e de distribuição dominam as cadeias produtivas, tiram a autonomia dos produtores e alienam os consumidores. Há várias estratégias em curso para superar esta distância, seja na consolidação de espaços e canais de comercialização solidários (pontos fixos, mercadinhos, circuitos locais e feiras), seja na organização do consumo coletivo (coletivos e redes de consumidores), seja na criação de empreendimentos solidários de comercialização que têm como base a transparência da composição do preço e a justiça nas relações. Durante o seminário sobre agroecologia, soberania alimentar e economia solidária no Encontro de Diálogos e Convergências, todas estas alternativas foram apresentadas da forma como acontecem nos quatro cantos do país. É incrível o acúmulo e o avanço que existem nessa área com resultados admiráveis. O seminário também teve, como um de seus principais resultados, o compromisso de construirmos de forma coletiva entre as várias redes e movimentos participantes uma campanha pelo consumo responsável, que seja uma ferramenta pedagógica para contribuir com a denúncia crítica do atual modelo e com a apresentação e visibilização das alternativas agroecológicas e da economia solidária para uma alimentação saudável e adequada. Essa campanha será um meio importante para estimular a aproximação entre consumidores e produtores da economia solidária e da agroecologia.

Já há formas de encontrar produtos da Economia Solidária e da Agroecologia, seja através do contato direto

com as redes e movimentos na sua região, seja utilizando-se de ferramentas na internet tais como o Farejador da Economia Solidária (www.fbes.org.br/farejador) ou o Cirandas (www.cirandas.net).

IHU On-Line - Quais as vantagens disponíveis na agroecologia e na Economia Solidária?

Daniel Tygel - As vantagens podem ser percebidas em uma vasta gama de dimensões, dentre as quais destaco algumas: *Para o desenvolvimento*: territorialização dos processos econômicos e produtivos, dinamizando economias locais, coordenadas e realizadas pelas próprias pessoas que habitam o território. *Para o meio ambiente*: são processos em que a finalidade maior não é o lucro, mas o bem-viver, e, portanto, a lógica de produção envolve diretamente o cuidado e a responsabilidade com o lugar onde vivemos, resgatando a diversidade dos agroecossistemas na perspectiva de trabalhar a biodiversidade original da relação entre o ser humano e a natureza. O simples fato, também, de as pessoas que estão determinando a produção serem as mesmas que dependem totalmente daquele espaço para viver traz outra lógica com relação ao meio ambiente local. Isso é diferente de empresas em que os donos vivem em jardins floridos em condomínios de grandes capitais, bem longe do estrago que suas empresas estão fazendo nos locais de produção. *Para a diversidade cultural, étnica, racial e autonomia das mulheres*: a agroecologia e a economia solidária se baseiam em uma diversidade de lógicas de mercado e de produção (auto-produção, agroextrativismo tradicional, reciprocidade, gratuidade), na luta pela equidade de gênero, raça e etnia, na emancipação econômica das mulheres, entre outros aspectos que promovem a diversidade socioambiental e cultural. *Para o consumidor*: Na agroecologia e na Economia Solidária, o produtor produz o que ele mesmo consumiria em casa. Sendo a finalidade o bem-viver, a preocupação com a qualidade dos produtos e alimentos é de outra magnitude. Há uma relação e um compromisso de confiança entre produtores e consumidores que vai

“Não é possível o convívio do agronegócio, dos transgênicos e dos agrotóxicos com a agroecologia”

além de uma simples relação de mercado. *Para o trabalho e a renda*: em empresas convencionais, o custo de mão-de-obra é uma variável que pode ser mexida, ou seja, quando uma empresa está com dificuldades, começa a demitir funcionários, mantendo os altos rendimentos do proprietário. Já na agroecologia e na economia solidária, como todos são associados do processo produtivo, a “demissão” está fora de questão. A forma da economia solidária e da agroecologia lidarem com crises econômicas nunca passa pela exclusão de seus trabalhadores, mas por outras estratégias, como solidariedade comunitária, busca de ampliação do leque de produtos e serviços a oferecer e articulação em rede nos territórios. Trata-se, portanto, de atividades econômicas enraizadas nos territórios e em que o ser humano e o bem-estar coletivo estão no centro, e não o lucro e a acumulação de capital.

Para a cultura: A agroecologia e a economia solidária são um exercício cotidiano de aprendizado da cultura da cooperação, que vai em outro sentido que não no da competição. Suas práticas promovem a ideia de que estamos no mesmo barco, já que em tais iniciativas é preciso aprender a viver processos democráticos nas tomadas de decisão.

Para a construção do conhecimento: a produção agroecológica e de economia solidária depende de um olhar investigativo, de um diálogo de saberes populares, tradicionais e acadêmicos, de processos participativos de trocas que, quando sistematizados e partilhados, geram novos conhecimentos e consolidam conhecimentos tradicionais. Nessa partilha de saberes, há uma adaptabilidade dos conhecimentos a cada contexto e conjuntura locais.

Para a democracia do país: um Estado democrático pleno só existe se a população está organizada, fazendo o controle social das políticas públicas e propondo novas políticas através de sua criatividade e diversidade. As práticas de economia solidária e agroecologia são, por si mesmas, processos pedagógicos de exercício de democracia: normalmente, trabalhadores de empreendimentos solidários e de iniciativas agroecológicas, pela vivência em sua forma de produzir e comercializar, são mais ativos politicamente, participam mais de conselhos, sindicatos e debates políticos sobre o futuro da sociedade e da justiça social.

IHU On-Line - No que consiste, de fato, a economia solidária? Quem são os maiores beneficiários desta alternativa?

Daniel Tygel - Do ponto de vista econômico e da oferta de produtos e serviços, a Economia Solidária se expressa em iniciativas nas quais não há patrão nem empregados: todos os trabalhadores/as são ao mesmo tempo donos/as do empreendimento, ou seja, responsáveis pela tomada de decisão coletiva sobre os rumos de cada empreendimento. Isso é chamado de autogestão. A Economia Solidária é também um movimento social, pois seus atores se organizam e debatem politicamente o atual modelo de desenvolvimento e as alternativas necessárias, as políticas públicas e a articulação com outros movimentos sociais de transformação social. Ela se baseia em um desejo de transformação social, política, cultural e econômica através da radicalização da democracia no âmbito econômico. É também um jeito de estar no mundo e de olhá-lo, baseado nas perspectivas da cooperação, da diversidade, da autonomia e da afirmação dos vários saberes e lógicas econômicas, tanto individuais como coletivos.

A economia solidária se expressa através de iniciativas econômicas dos mais diversos tipos e setores de atividade. Grupos de produção urbana, catadores de material reciclável, artesãos e artesãos, coletivos de prestação de serviços, iniciativas comunitárias de finanças solidárias (bancos comunitários e fundos rotativos), empresas

recuperadas pelos antigos operários e operárias, iniciativas agroextrativistas, agroecológicas, cooperativas solidárias... A lista não para. Pelas vantagens que citei na questão anterior, percebe-se a intencionalidade do movimento de economia solidária em se comprometer com o bem-viver da sociedade como um todo. No aspecto produtivo, mais especificamente, com o bem-viver das trabalhadoras e dos trabalhadores já organizados em empreendimentos ou que querem se organizar coletivamente. No aspecto do consumo e do desenvolvimento justo e sustentável, a Economia Solidária dirige-se ao cidadão comum como consumidor.

IHU On-Line - Quais são as alternativas para o atual modelo agroalimentar?

Daniel Tygel - Há um mito da eficiência e produtividade do sistema agroalimentar hegemônico que é simplesmente falso. A produção agrícola extensiva depende de insumos químicos, agrotóxicos, grandes máquinas e exige concentração de terras e monoculturas. Por isso ela tem custos sociais, ambientais, de saúde e culturais enormes, que normalmente são velados e cobertos pelo Estado. Há uma infinidade de exemplos em que circuitos agroalimentares locais, sobre os quais os agricultores e a população local têm o controle, dão conta de garantir a alimentação saudável e adequada a quem vive no território. Esses circuitos são totalmente diferentes dos circuitos globais não territorializados que dependem de flutuações mercantis e dos interesses de acionistas ávidos por fazer render seus investimentos. Portanto, a construção de alternativas ao atual modelo agroalimentar passa pelo estabelecimento, organização e fortalecimento de redes e circuitos de produção, de comercialização e de consumo solidários, avançando na autonomia, nas relações de confiança, na proximidade e na transparência entre os produtores e os consumidores.

O fortalecimento de tais alternativas passa também pela alteração das políticas públicas de fomento e assessoria técnica e dos instrumentos de financiamento e crédito. Além dis-

“Vejo a soberania alimentar como sendo a garantia de alimentação saudável e adequada à população nos territórios, sem depender dos humores do mercado financeiro e dos royalties”

so, devem ser superadas as inúmeras barreiras e bloqueios existentes ao acesso a políticas públicas pela produção artesanal, agroecológica e de economia solidária, em especial na inspeção e vigilância sanitárias e nas cargas tributária e fiscal. Além disso, o atual marco regulatório e de políticas públicas nesses campos é totalmente voltado a uma lógica de desenvolvimento, mercado e produção das grandes empresas, do latifúndio e do agonegócio, sendo, portanto, totalmente inadequadas para a consolidação de alternativas agroalimentares para a sociedade. Sem a alteração desse marco, não é possível a popularização e consolidação de outros modelos agroalimentares agroecológicos e com base na economia solidária.

IHU On-Line - Em que sentido programas como o de alimentação escolar (PNAE) e de aquisição de alimentos (PAA) contribuem para a agricultura familiar e camponesa?

Daniel Tygel - As iniciativas que formaram a base dos debates do seminário de soberania alimentar, agroecologia e economia solidária reafirmaram a importância do PAA e do PNAE como políticas públicas em que o Estado exerce seu papel de consumidor de forma responsável. Esses programas garantem o escoamento, a preços estáveis, de parte da produção da agricultura familiar e camponesa. Eles, entretanto, não são e nem devem ser a única ou a principal fonte de sustentação

financeira dessas iniciativas. Tais programas ainda atingem a uma parcela muito pequena da produção da agricultura familiar, e não há uma meta bem definida de sua expansão, seja no valor global, seja na quantidade de agricultores familiares a se beneficiarem. Durante o seminário no Encontro, tais programas foram avaliados, e um aspecto importante foi a reação que tem ocorrido nos territórios por parte de grandes empresas ou de seus sindicatos patronais que normalmente dominam o mercado institucional e que passam a se sentir ameaçados com esse tipo de programas. Têm ocorrido casos, especialmente nos setores de agroindustrialização e de processamento, como, por exemplo, a produção de doces, compotas e polpas, em que estas empresas promovem uma guerra através de denúncias à vigilância sanitária e de propaganda negativa (em rádios e TVs locais) buscando destruir a imagem da agricultura familiar e camponesa, dos assentamentos e da produção coletiva e associada. Percebe-se, nessa disputa, como os agentes de inspeção sanitária dão tratamento diferenciado: enquanto fazem vista grossa ao fiscalizar grandes empresas, dando pequenas notificações e alertas, agem, por outro lado, com severidade e rigor ao visitarem os pequenos estabelecimentos da agricultura familiar e camponesa, causando prejuízos ao fecharem imediatamente estes espaços.

IHU On-Line - Por que a agroecologia e a Economia Solidária ainda são alternativas pouco utilizadas no Brasil? O que falta para suas reais efetivações? Quais são os desafios para a implementação da economia solidária e da agroecologia no país?

Daniel Tygel - Não existe atividade econômica independente da estrutura, organização e apoio do Estado. O BNDES, por exemplo, desembolsou mais de 190 bilhões de reais em financiamento a empresas em 2010. A indústria automobilística se beneficiou de descontos impressionantes do IPI durante a crise de 2008 e agora na nova onda de crise em 2011. (Estudos do IPEA deste ano comprovam que o poder público investiu mais no automóvel individual do que no transporte

público nos últimos anos!) A liberação de sementes transgênicas beneficia diretamente um império restrito de gigantescas corporações multinacionais. A política de assessoria técnica privilegia uma lógica de produção agrícola baseada no agronegócio insustentável ambientalmente e as receitas sem diálogo com a realidade local. A impunidade a assassinatos de lideranças de movimentos sociais de luta pela terra estimula um sentimento de ameaça e de intimidação à organização popular. A liberação de Belo Monte e apoio financeiro público a esta obra, apesar de seus enormes impactos ambientais e duvidosos resultados econômicos e energéticos, desestimula a produção descentralizada e ambientalmente limpa de energia. A simplificação cada vez maior da organização em micro e pequena empresa e como empreendedor individual, ao mesmo tempo em que se dificulta a organização coletiva em cooperativas e feiras populares, implica no fortalecimento de uma lógica competitiva e individualista de produção, centrada no lucro, e na fragilização de conquistas no âmbito das relações trabalhistas.

Poderia continuar esta lista por um longo tempo, para afirmar algo muito simples: o modelo hegemônico de produção agrícola e de desenvolvimento é completamente contrário à produção agroecológica e a uma Economia Solidária. Não é possível o convívio do agronegócio, dos transgênicos e dos agrotóxicos com a agroecologia. Não é possível o convívio de um modelo de desenvolvimento capitalista com as redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários. Portanto, é natural que estas práticas sejam ainda muito marginais e invisibilizadas. Estamos, portanto, falando de interesses antagônicos: a agroecologia e a economia solidária trazem em seu seio os germes de uma sociedade em que a cooperação e a vida estão acima da competição e do lucro. O agronegócio, as corporações e o mercado financeiro se orientam pelos interesses econômicos de algumas poucas e influentes famílias e grupos empresariais ou de acionistas.

Nesse sentido, os desafios são muito grandes no acesso a crédito, a co-

“A agroecologia e a economia solidária trazem em seu seio os germes de uma sociedade em que a cooperação e a vida estão acima da competição e do lucro”

nhecimento, a assessoria técnica, a mercado, na participação efetiva na elaboração e no monitoramento de políticas públicas, inclusive a política econômica. As políticas existentes, sejam elas de fomento ou de promoção do desenvolvimento, não são adaptadas às especificidades da agroecologia e da economia solidária, e não é por acaso. Cada iniciativa agroecológica, cada empreendimento de Economia Solidária, significa uma resistência revolucionária, um passo rumo a mudanças estruturais de nosso país e do mundo. O domínio, por parte destes mesmos grandes grupos econômicos, dos meios de comunicação e sua influência sobre o parlamento através das doações de campanha, produz um ambiente simbólico (propaganda, novelas, telejornais ideologicamente controlados, promoção da cultura da competição, do consumismo e do individualismo) e político (criminalização dos movimentos sociais, bloqueios ao acesso da agroecologia e economia solidária às políticas públicas) que é contrário à consolidação da economia solidária e da agroecologia. Haja vista esse ambiente extremamente adverso, temos, ao contrário do que parece, uma quantidade enorme de empreendimentos, redes, e iniciativas agroecológicas bem sucedidas e que efetivamente trazem consequências positivas para os territórios em que estão, como se pôde observar nas exposições durante o seminário do Encontro. Imagine então se houvesse um ambiente favorável!

No âmbito interno aos movimentos sociais, há o grande desafio de lidar

com a eterna tensão entre a necessidade de sobrevivência econômica e a luta política. Tanto a agroecologia como a economia solidária estão no campo produtivo e econômico, ao mesmo tempo em que são movimentos políticos com horizonte de transformação estrutural da sociedade.

IHU On-Line - É possível existir uma alimentação saudável tendo como base o agronegócio, o latifúndio e a produção baseada no mercado e no lucro?

Daniel Tygel - A resposta é curta e direta: não, de forma nenhuma. Já está mais do que comprovado, não só no Brasil mas em todo o mundo, que o mercado e o foco no lucro não melhoraram a qualidade de vida nem a saúde da vasta maioria da população, com exceção dos acionistas e ricos proprietários, que são menos de 1% da população mundial. A produção e comercialização em base agroecológica e da economia solidária já implicam naturalmente e de forma indissociada na promoção da alimentação saudável, da preservação ambiental, da saúde, do desenvolvimento territorial sustentável e da justiça social.

IHU On-Line - Como podemos definir a soberania alimentar?

Daniel Tygel - Vejo a soberania alimentar como sendo a garantia de alimentação saudável e adequada à população nos territórios, sem depender dos humores do mercado financeiro e dos royalties. Significa garantir que boa parte da produção agrícola seja voltada diretamente para a alimentação saudável e adequada, e não voltada simplesmente para as empresas de ração e outros produtos industrializados causadores de câncer, obesidade e outros problemas de saúde. Significa garantir o direito à biodiversidade, em especial às sementes crioulas, e a não dependência de agrotóxicos, insumos químicos e sementes industriais e transgênicas produzidas por algumas poucas megacorporações agroalimentares. Significa garantir que os territórios sejam suficientemente autônomos na produção agrícola local e na independência de insumos externos. Significa a valorização dos saberes, tradição,

cultura e culinária populares, da sazonalidade e do modo de ser de quem vive na região. Por isso, ao falarmos de soberania alimentar, estamos falando de autonomia, autodeterminação dos povos e qualidade de vida sobre todos os aspectos, inclusive do acesso à terra e à água. O sistema agroalimentar nas mãos das empresas e redes capitalistas de distribuição implica numa dependência econômica de um território a alguns poucos grupos, que certamente não têm interesse para além da maximização do lucro. E a maximização do lucro não implica, comprovadamente, em emancipação, promover qualidade de vida e alimentação saudável.

IHU On-Line - Desejas acrescentar algo?

Daniel Tygel - Gostaria de compartilhar aqui os principais resultados do seminário *Agroecologia, Economia Solidária e Soberania Alimentar e Nutricional* durante o Encontro de Diálogos e Convergências, que foi bastante rico. Foram identificados mais nove campos de convergência, que devem se desdobrar em agendas e lutas comuns entre as redes e movimentos. São eles:

a legislação e inspeção sanitárias e tributárias; as compras institucionais governamentais; os canais, redes e

“Cada iniciativa agroecológica, cada empreendimento de Economia Solidária, significa uma resistência revolucionária, um passo rumo a mudanças estruturais de nosso país e do mundo”

circuitos de produção e comercialização solidários; o consumo consciente, responsável e solidário; a certificação, em especial os sistemas participativos de garantia orgânico e do comércio justo e solidário; a construção do conhecimento em suas diferentes dimensões; as práticas e lógicas produtivas, de mercado e econômicas dos povos e comunidades tradicionais; o estudo e enfrentamento das grandes empresas agroalimentares e o controle social das políticas públicas relacionadas direta ou indiretamente à economia solidária, à agroecologia e à segurança e

soberania alimentar e nutricional.

A partir desses temas centrais, o seminário propôs algumas ações concretas de convergência, dentre os quais eu destacaria os seguintes: priorização da questão da legislação e inspeção sanitárias: fazer um estudo dos principais bloqueios existentes ao acesso da agroecologia e da economia solidária a políticas públicas, e traçar estratégias e táticas comuns de ação para visibilizar e lutar contra estes bloqueios, além de fomentar a troca de experiências bem sucedidas e boas práticas em superá-los; formação comum: convidar sempre integrantes das demais redes nos processos de formação específicos a cada rede e movimento e buscar construir alguns processos formativos políticos em conjunto; realização de uma incidência articulada em Conselhos e Conferências, a começar pela Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em novembro; articulação de campanhas existentes e convergentes, como as da economia solidária, de agrotóxicos, de alimentação saudável, de reforma agrária, a da luta contra alteração do Código Florestal, entre outras, além de realizar conjuntamente uma Campanha Nacional pelo Consumo Consciente, Responsável e Solidário, com uso de metodologias e de comunicação populares.

OBSERVASINOS - OFICINA INDICADORES DO TRABALHO

DATA: 26/10/2011

HORÁRIO: DAS 14H ÀS 17H

JOSÉ TAVARES - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR

Agroecologia por um mundo mais sustentável

Na avaliação do sociólogo Marcelo Calazans, a alternativa agroecológica é um projeto de cultura que de alguma forma recusa a sociedade de consumo

POR THAMIRIS MAGALHÃES E RAFAELA KLEY

“**A** alternativa agroecológica implica uma disputa dos territórios, e nos territórios contra o agronegócio, contra a expansão de um modelo químico”, explica o coordenador do Programa Regional da FASE no Espírito Santo. Para ele, é evidente que a agroecologia emite menos e, além de ser mais adequada, é uma agricultura que privilegia o mercado local, os circuitos locais de comercialização. “Está claro que, comparada ao agronegócio, a agroecologia traz um conjunto de elementos não só agrícolas e agrários, mas também culturais e políticos, que garantem maior resiliência também com as próprias intempéries.”

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Calazans critica o atual modelo de desenvolvimento, oferecendo alternativas como a agroecologia.

Marcelo Calazans é sociólogo, coordenador do Programa Regional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE no Espírito Santo, membro da Rede Deserto Verde e da Rede Latino-Americana contra Monocultivo de Árvores. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais foram os principais assuntos debatidos pelo Seminário de Mudanças Climáticas: impactos, mecanismos de mercado e a agroecologia como alternativa, durante o I Encontro Nacional de Diálogos e Convergências?¹

Marcelo Calazans - Trata-se de um encontro de várias redes. Havia a de economia solidária, rede de justiça ambiental, articulação nacional de agroecologia. A ideia era escolher quatro casos no território brasileiro e quatro fatos de relação entre esses territórios e o debate das mudanças climáticas. Selecionamos dois casos: um na caatinga da Paraíba, que narrava uma experiência de convivência com o semiárido; outro era o caso na Mata Atlântica do sul, que narrava experiências de modelo de sistema agroflorestais, em Mata Atlântica e também em caatinga. Além disso, selecionamos outros dois casos que seriam de mercado de carbono; o do Mecanismo de

Desenvolvimento Limpo - MDL², que é o “Plantar”, de uma siderurgia em Minas Gerais, que vende créditos de carbono para uma petroleira na Escócia; e outro, que seria um fato de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação - REDD³, é o caso de uma ONG do Paraná, que tem um projeto de REDD no estado e tem conflito com populações locais que tinham acesso à Mata Atlântica. Uma vez construído o projeto de REDD, este mercado de depósito de carbono, bem como as populações, perderam o acesso à Mata Atlântica.

Então, seriam quatro casos; alguns deles são específicos de dois instrumentos do mercado de carbono, então um MDL e um REDD; e dois de adaptação a mudanças climáticas, o caso do semiárido, e também de resiliência e formas

2 O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um dos [mecanismos de flexibilização](#) criados pelo [Protocolo de Quioto](#) para auxiliar o processo de redução de emissões de [gases do efeito estufa](#) (GEE) ou de captura de [carbono](#) (ou sequestro de carbono). (Nota da IHU On-Line)

3 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD. Cadernos IHU Ideias, edição 146. Disponível em: <http://migre.me/5Z4jE>. (Nota da IHU On-Line)

de como a agroecologia se coloca como alternativa às mudanças climáticas, além de apontar quais os limites da agroecologia como alternativa.

Foi um grupo complexo, partindo de casos territoriais e do debate das mudanças climáticas, não a partir de convenções e protocolos, mas das experiências locais em vários biomas do território nacional. Então, a ideia do grupo era dialogar sobre as mudanças climáticas e como cada território estava avaliando as políticas que estão sendo negociadas em nível internacional, bem como estas políticas atingem os territórios.

A ideia era construir um diálogo, porque há uma enorme fragmentação e desinformação, não tanto pela falta, mas pelo excesso de informação sobre mudanças climáticas, além de existir toda uma interpretação da crise climática como uma oportunidade mercadológica, de fazer mais negócios e todo o discurso da economia verde que vem sendo construído, principalmente pelas grandes corporações e os estados nacionais, ou mesmo nas conferências dos três protocolos assinados em 1992.

No Brasil, são muitos os casos de projetos de MDL. Brasil, China e Índia são os recordistas mundiais em compensações das emissões do Norte. O Norte, em vez de reduzir, financia plantios de cana, grandes hidrelétricas, monoculturas de eucalipto⁴, como uma forma de mitigar. Estas alternativas deixam marcas terríveis no Sul.

O Brasil é um caso, já que vem surgindo muitos projetos de MDL, e também estes projetos de REDD, que ainda não estão sequer definidos na conferência das partes, a conferência internacional, mas mesmo assim vêm sendo experimentados por uma série de corporações, principalmente petrolíferas, financiando a conservação de florestas. Então, essa é uma questão grave que vem atingindo os territórios no que diz respeito à sua soberania, porque uma vez determinado um projeto de REDD, por exemplo, o acesso ao território fica interdito. E REDDs ou MDLs são alternativas que acabam gerando mais embates, interditando acessos e, ao mesmo tempo, não resolvem o problema do clima. São alternativas que estão servindo mais para as corporações.

O grupo ainda tentou avaliar como o mercado de carbono interpela a agroecologia e o que ele oferece para a alternativa agroecológica. De fato, a ideia das grandes corporações é fazer das florestas, da agricultura como um todo, mecanismos de compensação para um modelo global claramente insustentável, mas ainda em expansão. 2010 foi o ano recordista de emissões de carbono, isso 20 anos após ter ocorrido a Rio-92 e anos depois de Kyoto. Mas 2010, segundo a Agência Internacional de Energia, foi o ano que o planeta mais emitiu. Está claro que o modelo não quer frear. Ao contrário, ele tem que se expandir, e o clima não será um obstáculo. O clima será pensado desde a própria expansão do modelo. Para mitigar, eles irão financiar grandes hidrelétricas. Para manter o modelo, irão financiar as próprias corporações.

Seria uma enorme contradição fi-

⁴ Agricultura x monocultura: o empobrecimento do bioma. Edição 247 da Revista IHU On-Line. Disponível em: <http://migre.me/5Z4zV>. (Nota da IHU On-Line)

“A energia hidrelétrica oferece enormes conflitos. Tem que se pensar, de fato, em sociedades com menos consumo de energia”

nanciar a agroecologia, ou financiar a agricultura camponesa e a agricultura tradicional, financiar transição agroecológica, a partir do mercado de carbono. Este não é uma fonte segura. Ao contrário, é uma fonte contrária. Ele reproduz o modelo, ao mesmo tempo em que interpela os territórios para esta reprodução. Buscar fundos estatais, públicos, disputar as políticas de estado, os mercados locais, são caminhos que garantem uma autonomia, uma independência diante do modelo e é por aí que a transição agroecológica deveria construir o seu processo de disputa contra o agronegócio e contra o modelo do agronegócio no campo. Este é um impacto importante: perceber que o mercado de carbono colocaria a agroecologia e a agricultura camponesa e tradicional em um modelo global, em que as florestas serviriam como sumidouros para justificar e permitir a expansão deste modelo norte-sul. Este foi um ponto interessante, de certa forma comum, da posição do Grupo de Belém que lançou uma carta, divulgada no encontro, criticando o mercado de carbono e estas soluções falsas que ele oferece para resolver a questão do clima.

IHU On-Line - O que propõe a abordagem agroecológica? Trata-se de uma proposta alternativa ecologicamente sustentável?

Marcelo Calazans - A agroecologia não é apenas um conjunto de técnicas, alternativas de agricultura. Ela implica um modelo mais complexo e que agrega todas as partes, não somente a técnica agrônoma, mas uma forma de viver. A agroecologia é um projeto de cultura que de alguma forma recusa a sociedade do consumismo. A alternati-

va agroecológica implica uma disputa dos territórios, e nos territórios contra o agronegócio, contra a expansão de um modelo químico. Com o mercado de carbono não há perspectiva de convivência agroecológica. Seria uma contradição. Não teria sentido uma convergência que permitisse esse tipo de situação.

IHU On-Line - Que mudanças efetivas devem ser realizadas pela sociedade em termos globais, principalmente nos países desenvolvidos, para minimizar o aumento das mudanças climáticas?

Marcelo Calazans - O fundamental é reduzir emissões. Isso já está muito claro. Há um ciclo natural do carbono e de todos os outros elementos da tabela periódica, que se transformam em gases em algum momento. Há um ciclo natural do carbono, que é floresta, oceanos e atmosfera, um ciclo de bilhões de anos, quatro ou cinco bilhões de anos do planeta. Então, existe uma temporalidade que não é humana. É um tempo de bilhões de anos. Imaginemos que o homem chegou a centena de milhar. Estamos falando de um tempo de bilhões, que é um tempo de fossilização do petróleo, do carvão e dos combustíveis fósseis. E, aos 45 do segundo tempo, uma civilização dos últimos 200 anos, talvez 150, pega esse ciclo de bilhões de anos de fossilização e extrai do subsolo essa fossilização e lança na atmosfera tudo isso que foi lançado desde as revoluções industriais. Então, não tem jeito. A redução das emissões foi prometida no Protocolo do Clima de 92 e não cumprida, reafirmada em Kyoto e também não exercida, prolongada em todas as negociações internacionais e pouco construída na prática. Então, tem que reduzir as emissões. Não há possibilidade de substituir o petróleo e o carvão como base energética de uma nova sociedade que mantém esse modelo. A energia nuclear traz enorme risco; a energia hidrelétrica oferece enormes conflitos. Tem que se pensar, de fato, em sociedades com menos consumo de energia. E isso é uma enorme complexidade. O Norte não quer reduzir as emissões, sendo que 80% das emissões estão lá. E eles

querem trazer para o Sul a responsabilidade pelos projetos do mercado de carbono. É no Sul que querem plantar milhões e milhões de hectares de cana, de eucalipto, de soja? É no Sul que querem construir as maiores hidrelétricas? Quer dizer, a culpa fica para o Sul, de uma dívida climática e histórica que é do Norte. Então, não há solução. Tem que se reduzir as emissões. O Painel Internacional do Clima já em 1990 publicou um dos primeiros relatórios, mostrando que deveria haver uma redução na base de 68% das emissões de 1990. Bem, Kyoto reduz de 68% para 5%. Quer dizer, 63% joga de lado e nesses 5% que deveriam reduzir, eles ainda poderiam reduzir 3 ou 2% e compensar isso em mecanismos de mercado no Sul, como nos MDL. É o caso da Plantar, por exemplo, em Minas Gerais. Em vez de a Escócia reduzir 5%, ela reduz quatro e alguma coisa, e a diferença ela compensa plantando eucalipto em São José do Buriti, no cerrado mineiro.

Então, está claro que não tem solução. Não haverá uma saída que substitua o petróleo e o carvão para a manutenção do atual modelo de sociedade. Pode-se plantar o planeta inteiro de cana; pode-se pensar o eucalipto nas energias de segunda geração; pode-se pensar mesmo a energia solar. Ela, por enquanto, precisa de muitos elementos que vêm do próprio petróleo para ser uma base energética e ainda é cara. Boa parte dos aparelhos e dos instrumentos necessitam do petróleo, como uma base para formar os instrumentos de captação. Enfim, não há substituto do petróleo que vá permitir a manutenção de uma sociedade consumista e do automóvel. Qualquer solução que pretenda resolver o problema do clima mantendo esse modelo de sociedade é míope, de curto prazo. Ou mais, é uma solução projetada para fracassar mesmo; é projetada para que fracasse, porque ao fracassar gera um processo e um nicho de mercado para empresas, certificadores, validadores, para uma série de corporações interessadas em fazer negócios com a crise climática. Então, a saída para a crise climática é reduzir radicalmente as emissões, não só no Norte, mas no Sul também. E no Sul isso é mais com-

“Os territórios são a solução. Temos que aprender a olhá-los sem as lentes primeiro-mundistas”

plexo ainda. Países como Índia, China ou Brasil, sempre estiveram fora do eixo hegemônico do planeta; as sociedades nunca tiveram direitos garantidos e nunca se construiu um estado do bem-estar de direito nesses países que agora estão emergentes. E dizer para essas sociedades que agora, justamente no momento em que as novas classes médias crescem, é a hora de redução de consumo, é uma contradição profunda! Então, deve-se chegar a acordos internacionais. Mas, esses acordos têm que ser construídos a partir dos territórios, e não dos Estados, corporações e grandes grupos, muitas vezes até chamados de ambientalistas, porém, muitas vezes construtores do próprio mercado de carbono e das condições que não estão garantindo um planeta de fato mais sustentável.

IHU On-Line - De que forma a agroecologia pode contribuir significativamente para o enfrentamento da crise climática?

Marcelo Calazans - A agroecologia emite menos; é mais adequada; é uma agricultura que privilegia o mercado local, os circuitos locais de comercialização. Está claro que, comparada ao agronegócio, a agroecologia traz um conjunto de elementos não só agrícolas e agrários, mas também culturais e políticos, que garantem maior resiliência também com as próprias intempéries. O caso, por exemplo, da caatinga, que foi apresentado lá no grupo, trazia a experiência de convívio de uma família, em pleno semiárido, cultivando e criando espécies do próprio semiárido, articuladas a uma série de políticas que foram conquistadas junto ao Estado, como as cisternas e outras políticas da caatinga. Então, demonstra muito claramente que a questão da seca não é pegar o rio São Fran-

cisco e distribuí-lo pelo agronegócio no nordeste. Produz-se uma cultura ancestral de convívio do homem com a seca. E o ser humano sempre conviveu com a seca. Então, a convivência com o semiárido é uma forma que demonstra que é possível se viver com menos água. E no semiárido, a água não é um bem facilmente acessível e o homem convive ancestralmente com o semiárido. Conviver dentro ou cercado por uma monocultura de eucalipto é muito mais inseguro para a vida e a sobrevivência dessas pessoas do que em um convívio agroecológico lá no semiárido, um lugar em que a água falta. Então, a agroecologia oferece uma possibilidade de convívio e de adaptação e também mitigação das mudanças climáticas. Trata-se de uma alternativa para alimentar e repensar o campo, além de colocar um mais adequado às mudanças que o clima vem passando. Essa é a maior virtude da agroecologia e, ao mesmo tempo, o maior risco, porque justamente por isso a agroecologia é requisitada pelas grandes corporações e pelo discurso da “economia verde”. Já que a agroecologia garante resiliência, sequestra carbono, ela pode também ser interpretada como um mecanismo de que é preciso investir em agroecologia para fixar carbono e, através disso permitir, a expansão do modelo. Então, justamente por ser uma virtude diante das mudanças climáticas que a agroecologia, tal como as florestas nativas também, é vista como um lugar de compensação. Aí tem um apelo e uma interpelação muito perigosa, porque requisita as florestas e tudo o que a agroecologia construiu, mas para dentro dos mecanismos de mercado. Então, o grande desafio é construir a agroecologia por fora desse mecanismo, como uma estratégia de disputa contra-hegemônica, contra o agronegócio e não buscar outras formas de financiar a transição agroecológica com o mercado de carbono.

IHU On-Line - Por que o senhor critica como vem sendo trabalhado o conceito de economia verde?

Marcelo Calazans - Na verdade, é um momento do capitalismo em que o verde passa a ser um nicho de merca-

do. Quando se fala em economia verde, não se está falando em um novo modelo de desenvolvimento, em um novo padrão de produção e consumo. Quando se fala em economia verde, na verdade, está-se falando em novos nichos e novas fronteiras de investimento, porque o capitalismo precisa não apenas reproduzir o investimento, mas necessita se expandir. Sem alguma garantia e certeza de que o investimento gerará um retorno maior, sem isso, o capitalismo não se move. E está difícil inserir dinheiro hoje no capitalismo, porque há a crise financeira internacional, de commodities, crise por toda a parte. Então, há que se gerar novos mercados. Estamos em um momento assim. E quais são os novos mercados? Não tem mais uma América, um novo continente a ser explorado; não tem mais uma África ou um Oriente, como nas cruzadas. Hoje, onde estão os novos continentes? Eles estão na biodiversidade, nos mercados futuros e também no mercado de carbono. Essa é a nova fronteira.

Quando se fala em economia verde, fala-se que “temos novos mercados para serem explorados e construídos”. Então, são novas mercadorias. O carbono, por exemplo, é uma mercadoria; a biodiversidade é uma mercadoria; até os entes espirituais também passam a ser mercadorias, porque tudo passa a ser comercializável. A economia verde é, na verdade, um momento em que as grandes corporações estão querendo novos nichos de mercado. Por trás delas estão, certamente, as corporações mais responsáveis pelo próprio aquecimento global. Então, a economia verde vem com um discurso de disputa do território, das nossas florestas, da nossa biodiversidade, e por trás dela estão as grandes empresas do mundo, corporações que dominam a tecnologia, a biologia química, a engenharia da nanotecnologia, que é onde o capi-

“A agroecologia é um projeto de cultura que de alguma forma recusa a sociedade do consumismo”

tal está vendo as suas novas fronteiras de expansão. E a economia verde é esse argumento discursivo que soa muito bem. Para uma sociedade que está mais de 80% nas cidades e que as novas gerações tiveram pouquíssimo contato, por exemplo, com a Mata Atlântica, o discurso que “a Copa do Mundo será carbono neutro”, ou “vamos proteger as florestas”, ou ainda “vamos deixar a árvore em pé” soa muito bem. Tudo isso soa como algo ambiental, jovem, como uma preocupação. Mas, na verdade, por trás disso está justamente todo um glossário de definições e toda uma gramática de comercialização das florestas e da própria biodiversidade.

IHU On-Line - Quais são os principais desafios que as classes camponesa e trabalhadora vêm enfrentando no combate ao atual modelo de desenvolvimento?

Marcelo Calazans - Sobreviver dentro desse modelo já é um enorme desafio. Sobreviver diante da expansão da cana, do gado, do eucalipto, da soja já é uma tarefa gigante para um camponato cada vez mais envelhecido, com poucos descendentes, comparando as três últimas gerações de camponeses. Sobreviver no campo aos agrotóxicos, à compactação do solo, a toda a engenharia que o agronegócio constrói no campo e à construção que ele faz neste já é uma enorme tarefa para o camponato. É óbvio que o camponato não quer apenas sobreviver. Ele quer também pensar o seu bem-viver,

o que significa ter acesso às políticas. Isso precisa ser pensando. Não se pode abrir mão da tecnologia, ao mesmo tempo em que não se pode abandonar toda a vida no campo, toda a construção política e a de um campo novamente repovoado, pensado desde a diversidade, recuperando matas, nascentes. Terá que se fazer por longas gerações um caminho de inversão de concentração urbana. Tem que se pensar um campo mais integrado, não apenas no modelo anos 1970 da grande metrópole e rural. Não é mais esse o campo. Na verdade, tem que desconstruir 40 ou 50 anos de agronegócio e isso não é simples. São terras e terras com 40 anos de agrotóxicos; são muitas pastagens, e a tarefa do camponato é árdua. Acredito que uma primeira questão muito estratégica que vem sendo pensada é a transmissão da memória desse camponês para as novas gerações. Isso já é também uma tarefa enorme. Quem guardará a memória da mata atlântica? Ela não é apenas um código genético que vai ficar num vidro, em um laboratório dentro da Embrapa. É a memória de histórias que se passaram nesse bioma. São narrativas de lugares que hoje não existem mais. Então, tem-se que guardar uma memória não só biológica, mas narrativa e cultural da biodiversidade. E o camponato tem essa enorme tarefa de conseguir apontar o que de fato ainda é floresta, monocultura de eucalipto, etc. Além disso, não será uma tecnologia nova, que será importada da Alemanha, que vai resolver a questão climática no semiárido brasileiro. Não é isso. Esse tipo de solução só é dos negociantes do clima. A solução para o clima já está lá, posta. Os territórios são a solução. A questão é que eles não são valorizados. Eles somem no desenho republicano do Estado. Temos que aprender a olhar os territórios sem as lentes primeiro-mundistas.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Alternativa agroecológica contra os agrotóxicos e transgênicos

O modelo desse tipo de agricultura é um caminho para uma alimentação saudável, diz o docente da UnB Fernando Ferreira Carneiro

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, o pesquisador alerta que desde os últimos três anos o Brasil já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, “em função de todo esse modelo que privilegiou a grande propriedade, a monocultura para exportação”. Além disso, Fernando Carneiro diz que as notificações por agrotóxicos no Brasil não refletem a realidade da população. “O sistema ainda é muito precário de notificações, pouco utilizado; os médicos, em sua maioria, não têm inclusive formação adequada para identificar os casos. Existe até medo de se notificar uma intoxicação por agrotóxicos”. Ele diz que “segundo a própria Organização Mundial da Saúde - OMS, os estudos feitos em outros países indicam que, geralmente, a cada uma notificação, têm 50 outras que não o foram, em função de todas essas dificuldades”. E afirma: “Não temos ideia do real grau de impacto na saúde da população de trabalhadores com relação ao uso de agrotóxicos no Brasil”.

Fernando Ferreira Carneiro possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, especialização em Vigilância em Saúde Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestrado em Ciências da Saúde, pelo Instituto Nacional de Salud Pública de México e doutorado em Ciência Animal, pela UFMG. Possui experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em vigilância em saúde ambiental e saúde no campo, atuando principalmente junto aos movimentos sociais na luta por melhores condições de saúde e ambiente. Foi consultor do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e servidor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Atuou como coordenador geral de vigilância em saúde ambiental do Ministério da Saúde. Atualmente é professor adjunto da Universidade de Brasília - UnB. É pesquisador no Núcleo de Estudos de Saúde Pública da UnB e participante da Unidade de Pesquisa de Saúde, Trabalho, Ambiente e Desenvolvimento. É membro do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e do Programa de Ciências da Saúde da UnB. Faz parte do GT de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Abrasco e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Confira a entrevista.

IHU On-Line - A que atribui o crescente uso de agrotóxicos no Brasil?

Fernando Ferreira Carneiro - É uma questão histórica, ligada à opção que o Brasil fez quanto a seu modelo de desenvolvimento para o campo. Há mais de 30 ou 40 anos, quando se inicia o que foi denominado “revolução verde”, principalmente na época da ditadura, o Brasil decidiu modernizar o campo sem fazer reforma agrária. Essa estratégia foi denominada como a modernização conservadora da agricultura. Então, tiveram vários planos de desenvolvimento, conduzidos pelo governo, de acertar créditos baratos, em que obrigava o agricultor a comprar um pacote tecnológico para rece-

ber esse crédito, e o pacote colhia os agrotóxicos. Então, ao longo de décadas, foi se mudando a cultura, muitas vezes ancestral, em que camponeses também utilizavam outras soluções, a própria biodiversidade, para eliminar ou reduzir o risco de pragas. E esses agricultores foram entrando num ciclo vicioso de dependência com os agrotóxicos. Desde os últimos três anos, o Brasil já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, em função de todo esse modelo que privilegiou a grande propriedade, a monocultura para exportação. Esses sistemas são muito instáveis, porque tentamos imaginar grandes extensões de terra com uma só espécie. Então, eles exigem grande

aplicação de agrotóxico, muito uso de água etc., e o que acontece é que isso está resultando em uma contaminação não só dos alimentos, mas também dos trabalhadores que atuam nessas áreas, nas comunidades que vivem próximo, já que 30% da aplicação de agrotóxicos no Brasil são por aeronaves.

Enfim, estamos hoje nessa situação por causa de uma política de Estado comprometida com interesses do grande capital, principalmente do capital internacional, e com a adoção dos transgênicos. E isso tem se intensificado, uma vez que os transgênicos disponibilizados no mercado são justamente para garantir ainda maior uso de agrotóxicos, porque os transgênicos

são resistentes ao próprio agrotóxico que é vendido no pacote. Além disso, a economia brasileira está atualmente se reprimarizando. O que significa isso? O Brasil atualmente é a sétima economia mundial, mas baseada em exportação de commodities agrícolas e minerais. Então, mais de 50% de nossa pauta exportadora são de produtos primários. Estamos voltando a ser o que éramos há 30, 40, 50 anos. E isso tem impacto na saúde das pessoas e no ecossistema, na medida em que esse caminho adotado pelo Brasil não é um caminho, por exemplo, da agroecologia, dessa grande agricultura que tem ficado mecanizada para a exportação. Nós estamos nos transformando no maior produtor de alimentos do mundo, mas a um custo social e ambiental muito alto. E isso é uma questão muito importante, porque o mundo todo está de olho no Brasil, porque nosso país está virando um grande exportador de produtos primários. Eles são manufaturados e industrializados nos grandes países, e voltam mais caros para nós. Estamos vivendo quase o mesmo dilema dos tempos de Colônia.

IHU On-Line - Qual o impacto dos agrotóxicos na agricultura? É possível uma agricultura sem o uso de agrotóxico? Qual seria a alternativa?

Fernando Ferreira Carneiro - A agricultura tem mais de dez mil anos; a implantação dos agrotóxicos existe desde os últimos 1960. Possível é. A própria história da humanidade mostra isso. O que a gente tem observado também é que se critica muito que a agricultura agroecológica não teria a capacidade de escala para abastecer os mercados. Mas se analisarmos informações do censo agropecuário do IBGE, por exemplo, iremos perceber, e isso está comprovado, que quem garante o alimento para a população brasileira é justamente a agricultura familiar, que se baseiam em pequenas propriedades e que está em torno de 60%. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea mostram que praticamente 87% da mandioca vêm da agricultura familiar; 70% do feijão; 46% do milho consumido no Brasil; 58% do leite e 59% dos suínos. Agora, quando falamos

“O que os censos do IBGE têm nos mostrado é que existe uma possibilidade real dessa agricultura familiar, agroecológica, alimentar a nossa população”

de soja a situação é diferente. 84% dela são de agricultura não familiar. 79% do trigo são não familiares. Além disso, 84% dessa soja não servem para alimentar nosso povo; estão alimentando os bois nos EUA, na Europa ou na China. Então, o que os censos do IBGE têm nos mostrado é que existe uma possibilidade real dessa agricultura familiar, agroecológica, alimentar a nossa população. Para a conversão do modelo da revolução verde houve muito subsídio governamental, o que a gente não vê hoje. No Ministério do Desenvolvimento Agrário não existe um programa de incentivo à agroecologia. Então, percebemos que existe uma ausência de políticas, o que eu chamaria de “políticas de estado inteligentes”, porque a tendência hoje no mundo é olhar para ver a diversidade; cuidar para que os fatores de risco associados às mudanças climáticas sejam minimizados e o governo brasileiro não tem proposto políticas públicas e nem mostrado uma preocupação para fazer políticas que obstruam essa tendência quase que destrutiva da agricultura de grande escala.

IHU On-Line - Então, a que se deve essa falta de incentivo à agroecologia?

Fernando Ferreira Carneiro - Podemos traçar várias hipóteses. Essa grande agricultura baseada no latifúndio e na mecanização da produção está ligada a grandes grupos multinacionais, que têm faturamentos bilionários. Existem empresas hoje que têm mais de 8 bilhões de dólares por ano

de financiamento, sendo metade com sementes, que são sementes transgênicas, e outra metade com agrotóxicos, que servem para essa mesma semente. Essas grandes empresas, só para dar esse exemplo de agrotóxico, financiam campanhas de diversos políticos. E boa parte da bancada ruralista, uma das maiores bancadas do Congresso Nacional, é financiada por essas grandes empresas. Então, historicamente no Congresso Nacional, toda a discussão sobre a questão dos agrotóxicos se deu no sentido inverso do que nós estamos conversando. Existem mais de 17 projetos de lei visando liberalizar o uso de agrotóxico no Brasil. Também se quer diminuir o papel de instituições como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que tem feito um belo trabalho de vigilância e fiscalização. Outra ideia é facilitar a entrada de produtos via Paraguai. Só mais recentemente, muito em função da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos, que a sociedade civil, em função de toda essa omissão governamental, passa a tomar a frente e a denunciar isso de inúmeras formas, como por meio de altas políticas do MST, da via campestre etc. E agora no Congresso, na Comissão de Seguridade Social e Família, que houve uma subcomissão de agrotóxicos. Isso é histórico. É a primeira vez no Congresso que se cria uma comissão não para liberalizar, mas para responsabilizar, discutir, o papel do governo na regulação do uso de agrotóxicos no Brasil. São fatos novos muito em função da reação da sociedade. Já tive oportunidade de trabalhar na Anvisa, e sei que existe constantemente pressão sobre a Casa Civil e sobre os ministérios para restringir o trabalho dos órgãos de fiscalização e controle, principalmente daqueles da saúde. É um “lobby” muito poderoso e forte que tem tentáculos nos aparelhos legislativo, judiciário e executivo. Quando a Anvisa pede, por exemplo, a proibição de produtos que já estão proibidos no exterior, surgem várias ações na Justiça para tutelar e adiar. Então, é um setor com muito poder e ramificações em vários outros poderes.

IHU On-Line - Dados do Ministério da Saúde apontam que o número de intoxicação por agrotóxicos a cada ano aumentou de mil para seis mil na última década. Até que ponto esses números refletem a realidade? E como são feitas essas contabilizações?

Fernando Ferreira Carneiro - Já trabalhei no Ministério da Saúde e coordenei a área de Vigilância Ambiental e, antes de responder à pergunta, gostaria de comentar o dado. Esse dado que você cita é ainda a ponta de um iceberg. O sistema ainda é muito precário em termos de notificações, e pouco utilizado. Os médicos, em sua maioria, não têm inclusive formação adequada para identificar os casos. Existe até medo de se notificar uma intoxicação por agrotóxicos. No interior, os próprios médicos têm até medo de represálias. Segundo a própria Organização Mundial da Saúde - OMS, os estudos feitos em outros países indicam que geralmente a cada notificação, têm 50 outras que não o foram, em função de todas essas dificuldades. Logo, a situação é muito mais grave do que essa que você apresentou. A outra questão é que o Ministério chegou a construir um plano de vigilância e saúde para as populações expostas aos agrotóxicos. Esse plano era muito interessante porque integrava várias áreas, desde assistência, vigilâncias, vigilâncias sanitárias, epidemiológica, ambiental, área de saúde do trabalhador e ajudava a articular melhor o Sistema Único de Saúde - SUS¹, para fazer um trabalho (de vigilância) que levantaria informações e iria realizar **uma ação melhor**. A última notícia que

¹ Sistema Único de Saúde (SUS): criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e n.º 8.142/90, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto. Do SUS fazem parte os centros e postos de saúde, hospitais - incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros (bancos de sangue), além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brasil. Confira a edição 260 da Revista IHU On-Line, de 02-06-2008, intitulada *SUS: 20 anos de curas e batalhas*, disponível para download em <http://bit.ly/adKNT5> e edição 376, de 17-10-2011, *Sistema Único de Saúde. Uma conquista brasileira*, disponível em <http://migre.me/5Z4lf>. (Nota da IHU On-Line)

“Desde os últimos três anos, o Brasil já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, em função de todo esse modelo que privilegiou a grande propriedade, a monocultura para exportação”

tive é que esse plano, na prática, está engavetado. Creio que houve reações de representações de secretarias municipais de saúde, secretários estaduais, alegando dificuldade de implantação, recursos etc. Ou seja, no âmbito do SUS, não evoluiu essa pactuação. A saúde ainda está sem uma ação efetiva, apesar de já existir um debate de décadas e propostas, mas não existe uma priorização política, tanto do governo federal, estadual e municipal, de fazer valer e construir realmente um sistema de vigilância, pois não temos ideia do real grau de impacto na saúde da população de trabalhadores com relação ao uso de agrotóxicos no Brasil. Então, gostaria de dar esse alerta e espero que essas questões cheguem realmente à sociedade, de forma que pressionem os gestores federais, estaduais e municipais para implantar uma política de vigilância e cuidado na saúde à altura do atual contexto de risco no Brasil.

IHU On-Line - Como avalia a fiscalização com relação ao uso de agrotóxicos no Brasil pelos órgãos oficiais?

Fernando Ferreira Carneiro - Faço parte do Fórum de Combate aos efeitos dos Agrotóxicos, que é coordenado pelo Ministério Público Federal, onde já tive oportunidade de conversar sobre esse tema participando nos Ministérios da Saúde, da Agricultura, do Meio Ambiente e do Trabalho. A fiscalização de uso atualmente é atribuição das secretarias estaduais de agricultura.

Posso dizer que na prática, hoje, eles alegam que é praticamente impossível a fiscalização do uso de agrotóxicos devido ao tamanho do Brasil. Então, a fiscalização do uso de agrotóxicos pelo Estado hoje no Brasil é uma ficção, porque as secretarias de agricultura estão muito mais preocupadas em precionar o uso dos agrotóxicos, em expandir as fronteiras agrícolas, do que fazer a regulação. É como dizer para o lobo tomar conta do galinheiro. Então, infelizmente, na maioria dos estados, salvo algumas exceções, a fiscalização do uso, a exemplo da pulverização aérea de agrotóxicos, por exemplo, que é uma das que mais atingem o ecossistema e as comunidades, ainda é praticamente inexistente.

IHU On-Line - Como as pessoas podem identificar os alimentos com agrotóxicos?

Fernando Ferreira Carneiro - Todo ano a Anvisa disponibiliza no seu site uma lista de alimentos avaliados em todos os estados, em parceria com as vigilâncias sanitárias, com o grau de contaminação. Então, consultar é a primeira saída. Você saberá, por exemplo, que o pimentão, morango e tomate sempre batem recorde de contaminação. É muito importante que o consumidor esteja atento que busque esses produtos em feiras agroecológicas, em assentamentos da reforma agrária que não utilizem esse tipo de produto; na parte dos supermercados em que há orgânicos certificados. Temos que conjugar essas duas coisas: a informação e o estímulo à economia solidária sustentável. Ou seja, existem várias feiras em cada cidade, e é importante que o consumidor esteja atento. Só aqui em Brasília conheço várias. Eu sei que o Rio Grande do Sul é, inclusive, um dos estados que está mais avançado no Brasil nesse setor. Existem experiências da agroecologia que remontam a décadas. Então, não acredito que o consumidor terá dificuldades em encontrar essas feiras. Além disso, outra saída é a organização, procurar movimentos sociais do campo próximo em que cada um vive, integrar-se no Comitê da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos pela

Vida, que é uma campanha dos movimentos sociais, que tem se preocupado em disponibilizar informações para a sociedade, uma coisa que o governo tem feito muito pouco, além de ajudar na formação das pessoas para esse tipo de tema de movimentos de líderes. Se cada um procurar o Comitê da Campanha (e há um em praticamente todos os estados), acredito que pode haver não apenas solução individual para o problema, no caso, como se alimentar de maneira mais saudável, mas ajudar a transformar uma situação e às vezes a criar alternativas no seu território, porque coletivamente temos muito mais chances de encontrar saídas para esses dilemas que o agronegócio tem nos colocado. Não vou dizer que não devemos comer frutas e verduras. Sou o último a dizer isso. Temos que comer frutas e verduras, mas saudáveis e, para isso, não há, muitas vezes, como ter uma solução individual. Logo, é importante nós nos organizarmos, mobilizarmos, a contribuirmos para alterar esse quadro. Espero que no próximo ano o Brasil não seja mais o primeiro consumidor de agrotóxicos. Almejo que toda essa mobilização que nós estamos fazendo na sociedade e academia ajude a pressionar o governo, o Estado brasileiro, a criar programas de incentivo à agroecologia, para criarmos um futuro mais sustentável para o planeta e o nosso país.

IHU On-Line - Por que agrotóxicos proibidos em outros países são permitidos no Brasil?

Fernando Ferreira Carneiro - O lucro ainda está acima da vida. Quando a Anvisa proíbe um agrotóxico em função de seus riscos, como causar câncer, por exemplo, há uma estratégia acordada entre alguns órgãos que faz com que se demore ainda dois ou três anos para tirar o produto totalmente do mercado. Assim, todos os estoques poderão ser vendidos. Olha que coisa perversa! Já está comprovado que ele causa dano à saúde, mas, para a empresa não ter prejuízo, estende-se o prazo total, quer dizer, não se pode mais produzir, mas pode-se vender, para que os estoques sejam comercializados.

IHU On-Line - Quem são os respon-

sáveis, de fato, pela autorização do uso de agrotóxicos no Brasil?

Fernando Ferreira Carneiro - O Brasil hoje possui uma lei avançada. São três órgãos: a agricultura, que avalia a eficiência agrônômica do agrotóxico; o Ibama, que analisa o impacto no ecossistema; e a Anvisa, que percebe o impacto na saúde humana. Então, para um agrotóxico ser liberado, tem que haver o parecer produtivo desses três órgãos.

IHU On-Line - Que ações as autoridades devem tomar para conscientizar a população com relação aos alimentos transgênicos?

Fernando Ferreira Carneiro - Ainda existe muita incerteza científica relacionada ao impacto que os transgênicos causam à saúde. Não existe um consenso científico que diga que eles causa, ou não, males. Veja só a perversidade do modelo: as empresas que produzem os transgênicos estavam resistentes a colocar a rotulagem. Se eles acreditam que não fazem mal, por que estão preocupados com a rotulagem? Eles não querem dar nem a opção para o consumidor em escolher se quer ou não comer um alimento transgênico. Eu, à medida que identifico, não compro produtos de origem transgênica. Essa tem sido a minha conduta. Acredito que a questão dos transgênicos entra na mesma luta dos agrotóxicos. No Rio Grande do Sul, os agrotóxicos, após a implantação dos transgênicos, aumentaram três vezes. E no Brasil dobrou. Então, alegar que os transgênicos iriam chegar para diminuir o uso dos agrotóxicos é uma grande falácia.

IHU On-Line - Quais as implicações que os transgênicos podem trazer para o cidadão?

Fernando Ferreira Carneiro - Acredito que para o cidadão, e talvez ainda mais para o produtor, o transgênico aumenta a vulnerabilidade de nossa economia. Estamos falando de grandes grupos internacionais, como a Monsanto, que cobram royalties pelo uso da semente transgênica. O produtor paga royalties para a Monsanto. Então, as pessoas entram num

sistema que, para plantar, têm que comprar sempre da empresa. E é ela quem coloca o preço. Isso atenta contra a soberania alimentar do povo. De repente, agricultores que tinham uma independência, uma forma de plantar, ficaram totalmente dependentes da Monsanto e começaram a aumentar os preços dos produtos, gerando desequilíbrio à comunidade. Na verdade, estamos lidando com algo que ainda não temos completa certeza científica e não sabemos direito no que isso vai dar. Só sabemos que, às vezes, pessoas com suas plantações que não querem ser contaminadas com os transgênicos estão assim sofrendo, porque a contaminação pode chegar a uma planta não transgênica, uma vez que não existe muro entre uma plantação e outra e acabam sendo carregados, muitas vezes, pelo vento. Então, o que eu acho pior para o consumidor é que ele está perdendo a capacidade de escolha, seja porque as empresas não querem evidenciar que usam transgênicos, seja pela dificuldade de isolar esses plantios. Logo, a saída que nós defendemos é a implantação de um modelo de agricultura agroecológica no Brasil, sem a utilização de agrotóxicos e transgênicos.

Se a Embrapa, que investe bilhões em pesquisa nesse modelo convencional, começasse a investir de forma importante na agricultura e tecnologias para a agroecologia, o Brasil poderia ser uma grande potência mundial de produção de produtos pilares, talvez, mas produtos mais saudáveis, que gerassem biodiversidade, que ajudassem a gerar qualidade de vida no campo. Eu acredito que aí, sim, poderíamos ser realmente líderes para o mundo. Então, iríamos nos orgulhar em sermos o número um. Mas seria o número um de produção agroecológica, respeitando a natureza e a vida das pessoas. Penso que é essa a nossa utopia e é isso o que nós acreditamos que tem que ser construído para o nosso país, porque a outra opção é o que estamos vendo em vários outros países do mundo: a degradação das terras em busca da mais-valia, do lucro fácil, à custa da natureza e da vida.

Transgênicos e agrotóxicos X caminhos para uma alimentação saudável

Para a nutricionista Claudia Witt os produtos transgênicos contribuem negativamente para a alimentação das pessoas

POR GRAZIELA WOLFART

Ao refletir sobre os perigos dos alimentos transgênicos e sobre os caminhos para uma alimentação mais saudável e sustentável, a nutricionista da Unisinos, Claudia Witt, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, afirma que “os alimentos orgânicos são uma excelente forma de alimentação saudável, pois são livres de agrotóxicos. Esses alimentos contribuem para a saúde das pessoas, prevenindo doenças crônicas não transmissíveis, como o câncer, por exemplo. Mas sabemos que esse caminho ainda está longe de acontecer, pois o plantio desses produtos ainda é muito discutido devido a questões financeiras e de sustentabilidade”.

Claudia Witt é mestranda em Saúde Coletiva na Unisinos e nutricionista do Projeto Alerta da mesma universidade. O Projeto Alerta da Unisinos tem o objetivo de trazer informações sobre diversas áreas da saúde como cuidados com o corpo, importância dos exercícios físicos, alimentação saudável, entre outros assuntos. O blog do projeto é www.unisinos.br/blogs/projeto-alerta/. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais os maiores impactos dos transgênicos para a alimentação?

Claudia Witt - Acredito que os produtos transgênicos possam contribuir negativamente para a alimentação das pessoas, pois esses alimentos têm sua estrutura modificada geneticamente em laboratórios, sendo que alguns nutrientes importantes para o organismo não estão presentes na quantidade adequada, além ter a possibilidade de causar algumas alergias e participar no desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como o câncer. Muitas empresas produtoras de agrotóxicos também produzem essas sementes modificadas, as quais são resistentes a estas substâncias, aumentando seu lucro, vendendo pacotes de agrotóxicos + sementes. Os transgênicos têm como característica o fato de que não podem ser replantados, pois não conseguem mais germinar, fazendo com que o agricultor tenha que comprar novas sementes para um novo plantio, em vez de utilizar sementes orgânicas ou crioulas, como muitos agricultores as denominam.

IHU On-Line - Como seria um uso “adequado” de agrotóxicos?

Claudia Witt - Acredito que, se os agrotóxicos fossem utilizados nas quantidades adequadas, sem extrapolar seus limites, e que obviamente fossem utilizados apenas os que são permitidos pelos órgãos competentes, afinal hoje existem substâncias proibidas e que ainda são administradas nas lavouras, os problemas decorrentes do seu uso seriam reduzidos.

IHU On-Line - Quem é mais prejudicado pelos agrotóxicos: os próprios agricultores ou os consumidores?

Claudia Witt - Na verdade, os dois são prejudicados, pois todos estão expostos a estas substâncias. Os agricultores estão mais expostos, porque são eles que administram os produtos nas lavouras e porque, de certa forma, se obrigam a utilizá-los para poder conseguir financiamento e conseguir seu sustento através da agricultura. Mas a população em geral está ingerindo esses alimentos diariamente, os quais estão contaminados, causando riscos à saúde. Muitas vezes a população não é

alertada sobre essas questões e desconhece os perigos dessas substâncias.

IHU On-Line - Quais são os alimentos mais contaminados pelo uso de agrotóxicos?

Claudia Witt - Segundo a Anvisa, vários alimentos contêm grande quantidade de agrotóxicos. Entre os que mais contêm estão: pimentão (80%), uva (56,4%), pepino (54,8%), morango (50,8%), couve (44,2%), abacaxi (44,1%), mamão (38,8%), alface (38,4%), tomate (32,6%) e beterraba (32%).

IHU On-Line - Que tipo de doenças pode acometer as gerações futuras em função do uso de agrotóxicos na alimentação?

Claudia Witt - Essas substâncias têm papel importante no desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis, como o câncer, problemas reprodutivos, neurológicos e de desregulação hormonal.

IHU On-Line - Quais os caminhos para a produção de alimentos saudáveis?

Claudia Witt - Os alimentos orgânicos são uma excelente forma de alimentação saudável, pois são livres de agrotóxicos. Esses alimentos contribuem para a saúde das pessoas, prevenindo doenças crônicas não transmissíveis, como o câncer, por exemplo. Mas sabemos que esse caminho ainda está longe de acontecer, pois o plantio desses produtos ainda é muito discutido devido a questões financeiras e de sustentabilidade.

IHU On-Line - Como você vê a agroecologia?

Claudia Witt - A agroecologia é uma maneira de proporcionar alimentos produzidos em uma agricultura ecologicamente sustentável, justa e viável, ou seja, respeitando a natureza, a ecologia, onde esta produção seja socialmente justa com as diversidades culturais e economicamente viável para a vida dos agricultores no campo e para o consumo da população. Acho que esta proposta deve ser difundida no país, visto que nosso meio ambiente está sofrendo devido a várias mudanças climáticas, e tornar a produção de alimentos mais sustentável pode ser um meio de reverter muitos problemas ambientais. A agroecologia também tem como foco a segurança alimentar, ou seja, os alimentos devem trazer benefícios à saúde e satisfazer as necessidades diárias de nutrientes em quantidade e qualidade adequadas.

IHU On-Line - Podemos conceber a possibilidade de alimentar todo o povo brasileiro com alimentos orgânicos?

Claudia Witt - Acredito que possa ser possível. Para isso o caminho a ser percorrido ainda é muito longo, uma vez que a população brasileira é muito grande e a tendência é aumentar. Então teremos que ter políticas muito fortes para realizarmos mudanças.

IHU On-Line - Como podemos conceituar a soberania alimentar?

Claudia Witt - Soberania alimentar é quando um país tem condições para garantir a segurança alimentar de sua população, respeitando as características e diferenças culturais do seu povo, isto é, garantir o direito a todo o ser humano a uma alimentação e nutrição adequada tanto em quantidades como na qualidade.

“É preciso outro modelo de desenvolvimento”

Para a antropóloga Maria Emília Lisboa Pacheco, o modelo de desenvolvimento centrado nos direitos das populações e na valorização do meio ambiente seria o essencial

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“**N**ão há soberania alimentar sem a garantia da terra e do território”, constata Maria Emília Lisboa Pacheco. “E o papel das populações, de garantir e conservar a nossa biodiversidade, está intimamente associado ao direito de termos uma alimentação adequada, saudável. Por isso que é indissociável”.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Maria Emília pondera que falar da terra, do direito à terra e ao território, é falar na concepção agroecológica, “na diversificação da produção, na conservação da biodiversidade, na valorização das culturas alimentares locais, além de uma alimentação adequada e saudável, trazendo consequências à saúde, com uma alimentação livre de agrotóxicos e transgênicos”. Segundo ela, uma alimentação diversificada garante seguramente mais saúde. “Há estudos que mostram isso. A nossa observação mesmo, empírica, pode constatar. Onde há diversidade com qualidade as pessoas estão com mais saúde”.

Maria Emília Lisboa Pacheco é antropóloga, assessora do programa Direito à segurança alimentar, à agroecologia e à economia solidária, na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Fase. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais foram as temáticas mais importantes discutidas no I Encontro Nacional de Diálogos e Convergências?

Maria Emília Lisboa Pacheco - Nós procuramos identificar conjuntamente, em uma reunião preparatória, quais eram os principais eixos ou grandes questões que articulam esse debate. Por isso nós organizamos a metodologia do encontro que tinha como ponto de partida o debate sobre experiências. Então, nós selecionamos algumas experiências de resistência, de construção de alternativas, a partir desses vários eixos que nós identificamos. Um deles foi justamente trabalhar ou debater sobre esses processos que a gente

chama de desterritorialização, muito também devido ao avanço das monoculturas, dos grandes empreendimentos. Há um processo no Brasil, hoje, de expansão da mineração e também das hidrelétricas, e ao mesmo tempo queríamos relacionar esse processo com o fato de crescerem os mecanismos de mercantilização da natureza; por isso nós selecionamos também, como uma das experiências, a luta dos quilombolas no Espírito Santo, que lamentavelmente não puderam comparecer ao encontro. Selecionamos também a luta na região do Xingu contra a hidrelétrica de Belo Monte. Outro eixo era tentar ver como estão sendo articuladas as lutas por desapropriação de terras,

nos assentamentos e a ocupação e uso das terras nos assentamentos rurais. Por isso debatemos uma experiência do MST em São Paulo. O que é muito interessante, porque é uma experiência de promoção da agroecologia em uma região que está cercada na indústria da cana.

IHU On-Line - Como o seminário buscou garantir diálogos que mobilizam as práticas de resistência e de alternativas para a sociedade?

Maria Emília Lisboa Pacheco - Nós construímos esse debate especialmente no diálogo da articulação da agroecologia com a rede de justiça ambiental, porque também era nossa perspectiva mostrar como esses processos de desterritorialização devem ser pensados e se articulam com sentidos dos princípios da justiça ambiental. Esse diálogo foi forte, porque nós vimos que nesses processos de luta pelos direitos territoriais, pela reforma agrária, estão em questão também a garantia dos recursos naturais, como bens coletivos; o direito das populações à proteção ambiental, à valorização das formas de viver dessas pessoas que são atingidas por esses grandes projetos. Como cada tema do encontro procurou interagir, promover o diálogo de várias redes, a ênfase dada na interação com uma ou outra rede ou com várias redes dependeu do tema. Nesse caso específico, foi sobretudo um debate entre a articulação da agroecologia com a rede de justiça ambiental. Esse foi um diálogo interessante porque ele trouxe à tona a análise desses processos de luta a partir de princípios da justiça ambiental. Ao final do encontro, tiramos algumas propostas de articulação em que assumimos o compromisso de participar, reforçar essa luta do *Xingu vivo para sempre* e também de valorizar a proposta de um assentamento, nesse exemplo do Movimento dos Sem Terra, porque ele articula bem o direito à terra com a gestão ambiental, em razão do tipo de projetos agroecológicos que desenvolvem. Além disso, há propostas de bioconstrução nesse assentamento. É muito interessante. Ele pode ser uma referência para outros projetos de assentamentos rurais

“Não há como promover e expandir as propostas de agroecologia sem a garantia do direito à terra e ao território, sem a garantia de dignidade da vida dessas pessoas”

no Brasil que têm tido muitas precariedades em sua existência.

IHU On-Line - Qual o seu posicionamento diante do problema de assassinatos, expulsão e deslocamentos compulsórios de populações pela ação dos grandes projetos como as hidrelétricas, expansão das monoculturas e o crescimento da mineração?

Maria Emília Lisboa Pacheco - Isso é gravíssimo, porque, na verdade, no Brasil essas mudanças capitalistas na agricultura foram reforçando o autoritarismo. O fato é que, no nosso país, o latifundiário e o empresário rural acabaram se fundindo no mesmo ator. E nós somos radicalmente contra esses processos, tanto de expulsão como os de assassinatos. Por isso é que nós valorizamos muito na articulação de agroecologia também uma interação com o Fórum Brasileiro pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. E os conflitos de terra nos últimos tempos se intensificaram. Nós costumamos dizer que o cerco está se fechando cada vez mais sobre essas populações e nos indignamos com essas manifestações de violência e procuramos manter a nossa defesa de que não há como promover e expandir as propostas de agroecologia sem a garantia do direito à terra e ao território, sem a garantia de dignidade da vida dessas pessoas. Por isso que também no seminário nós dissemos que é preciso garantir o direito de ficar das populações.

IHU On-Line - Como analisa a pressão que as populações que ocupam

tradicionalmente áreas de florestas, ribeirinhas e litorâneas, como os mangues e os territórios da pesca artesanal, sofrem?

Maria Emília Lisboa Pacheco - A gravidade no país é que nós nunca tivemos um processo de distribuição de terras e hoje as pressões sobre essas populações são de várias ordens. As principais áreas de conservação ambiental no Brasil estão exatamente onde vivem essas populações. E a expansão da monocultura e os grandes projetos surgem exatamente nessas áreas, expandem-se por esses territórios. Além, então, de elas serem expulsas, ainda há outro processo no Brasil muito grave que é da expropriação do conhecimento dessas populações, em alguns lugares, com a crescente privatização dos bens da natureza. Essas populações que antes eram consideradas atrasadas, primitivas, hoje têm seu saber expropriado pelas grandes empresas, porque elas detêm um grande conhecimento sobre a flora e, com a expansão do patenteamento, nós fizemos esse processo de luta, que é a defesa dos direitos coletivos dessas populações contra a expropriação do conhecimento delas, contra o patenteamento do conhecimento. Então, elas vivem várias formas de dominação, exploração. Por isso nós defendemos que é preciso construir outro modelo de desenvolvimento. Aliás, o Encontro de Diálogos se construiu tendo com um dos objetivos analisar esse embate que há entre modelos e afirmar os direitos dessas populações, ratificar que é possível outra agricultura e, para isso, é preciso também valorizar e reconhecer essas formas de vida desses vários segmentos de campeonatos no Brasil.

IHU On-Line - Até que ponto a incorporação de áreas de produção de agrocombustíveis reduz a produção de alimentos?

Maria Emília Lisboa Pacheco - Essa é outra situação grave. Não só a expansão dos monocultivos desloca as áreas de produção de alimentos, como também no Brasil tem, ao mesmo tempo, hoje, uma certa especialização na produção em algumas regiões de produtos que são básicos para a nossa alimentação. Por exemplo, o arroz

hoje está concentrado mais no sul do Brasil, no Rio Grande do Sul, e isso é uma ameaça para a soberania alimentar, porque, com as mudanças climáticas, se um evento extremo acontece no estado, corremos o risco de ter que importar o arroz. São Paulo já não tem como se abastecer hoje com a produção de alimentos do próprio de seu próprio território; precisa importar. Então, temos uma grande contradição. Na verdade, são duas ordens de contradições. Não só a expansão de agrocombustível reduz a área de produção de alimentos, como também requer mais combustível para garantir o abastecimento de muitas regiões. O passeio dos alimentos no Brasil, como dissemos, é insustentável. É preciso que a gente tenha um controle da expansão dessas monoculturas, que haja, de fato, zoneamentos agrícolas, ecológicos. Os assentamentos rurais do Movimento dos Sem Terra são hoje cruciais dessa região da cana em São Paulo para abastecer circuitos curtos de mercado, porque a dominância na paisagem da cana reduziu a capacidade de abastecimento. Por isso que no debate também de uma política de abastecimento, que hoje fazemos no Conselho Nacional de Segurança Alimentar, dizemos que é preciso ter um sistema de abastecimento descentralizado, com o papel regulador do Estado e com a garantia da produção de alimentos regionalmente, seguindo os padrões alimentares das regiões, as culturas alimentares. A expansão do agrocombustível vai na contramão dessa perspectiva de afirmar a soberania alimentar.

IHU On-Line - Que ações devem ser tomadas para garantir os direitos territoriais da população? E quem deve se responsabilizar por tais atos?

Maria Emília Lisboa Pacheco - Primeiramente, já houve um avanço na Constituição brasileira em 1988, que reconheceu terras tradicionalmente ocupadas. Além disso, o Brasil já reconhece os direitos dessas populações. O Estado tem essa responsabilidade de fazer valer a Constituição. E, lamentavelmente, em relação às terras quilombolas, por exemplo, há uma proposta no Congresso de uma

“É possível outra agricultura e, para isso, é preciso também valorizar e reconhecer essas formas de vida desses vários segmentos de campeonatos no Brasil”

ação inconstitucional do artigo que garante o território das populações quilombolas. Na verdade, é fundamental, antes de ter um grande projeto, que o Brasil subordine as decisões econômicas, a garantia da soberania alimentar e dos direitos das populações. Ao Estado brasileiro cabe essa garantia. Agora, a mobilização social para essas conquistas é vital. E a luta nas bases, onde estão essas organizações, é fundamental, além da pressão sobre o Estado. Veja que recentemente o Estado reconheceu mais uma área quilombola, apenas mais uma, mas reconheceu. Então, é a combinação da luta do território com as articulações regionais, nacionais, essa interação de várias redes para apoiar essas lutas que tem o sentido histórico importante e pode gerar vitórias. Assim esperamos.

IHU On-Line - De que maneira o direito à terra e à água, à soberania alimentar e à saúde estão fortemente associados?

Maria Emília Lisboa Pacheco - Não há soberania alimentar sem a garantia da terra e do território. Quando nós falamos do território é porque várias populações do Brasil não vivem somente daquela terra demarcada em que plantam. A terra tem um sentido mais amplo; por isso que dizemos território. É um lugar de vida, um lugar em que, em geral, para essas populações, as áreas de uso comum, combinadas com as áreas próprias das famílias para pequiño cultivo, combinam as atividades de pesca, extrativismo, vegetal

e, ao mesmo tempo, algum plantio. Isso é básico. Sem a terra e o território não há como garantir a soberania alimentar. E o papel das populações, de garantir e conservar a nossa biodiversidade, está intimamente associado ao direito de termos uma alimentação adequada, saudável. Por isso que é indissociável. Falar da terra, do direito à terra e ao território, é falar na concepção agroecológica, na diversificação da produção, na conservação da biodiversidade, na valorização das culturas alimentares locais, além de uma alimentação adequada e saudável, trazendo consequências à saúde, com uma alimentação livre de agrotóxicos e transgênicos; uma alimentação diversificada garante seguramente mais saúde. Há estudos que mostram isso. A nossa observação mesmo, empírica, pode constatar isso. Onde há diversidade com qualidade as pessoas estão com mais saúde.

IHU On-Line - Quais as principais razões para que a senhora seja contra o atual modelo de desenvolvimento brasileiro?

Maria Emília Lisboa Pacheco - O conceito de sustentabilidade socioambiental, que deveria presidir o processo brasileiro, está longe de acontecer. Nós somos um país megadiverso. Portanto, há campos do conhecimento, da pesquisa, que precisariam ser mais desenvolvidos. Para termos uma ideia, nós não sabemos no Brasil o que nós já perdemos, o que já aconteceu de erosão genética da nossa biodiversidade. E isso representa um potencial enorme. Nós não temos no Brasil estudos nutricionais que mostrem o valor dessa diversidade de alimentos. E somos um país que continua com essa perspectiva central de ser agroexportador, mesmo que isso signifique esses impactos negativos enormes sobre a população e meio ambiente. Por isso que é preciso outro modelo de desenvolvimento, que seja centrado nos direitos das populações, na valorização do meio ambiente. Nós não teremos saída na nossa história brasileira, mas também no planeta, se a gente não retomar um debate

“É preciso que a gente tenha um controle da expansão dessas monoculturas, que haja, de fato, zoneamentos agrícolas, ecológicos”

sobre a relação com a natureza, porque historicamente as mudanças que se deram, impulsionadas por esse modelo de desenvolvimento, foram subjogando cada vez mais a natureza. Precisamos, então, repensar isso. E hoje há um reconhecimento internacional sobre o que representa a agroecologia como ciência e também como movimento social que se baseia em outros paradigmas. Ademais, é possível alimentar a população sem destruir o meio ambiente, sem homogeneizar, porque se nós formos contabilizar esse modelo produtivista que se baseia para afirmar a sua superioridade, que se baseia somente de produtividade, veremos que isso é uma falácia, porque não é só o Estado que garante isso como também não se avalia o que esse fator está representando para o meio ambiente e para a saúde. Nosso país é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e vemos como crescem também no Brasil várias doenças que são consequências desse modelo, que vai homogeneizando, desde a produção até o consumo. Por isso que eu aposto na contracorrente que tem contramovimentos, os quais precisam mostrar, cada vez mais, para a sociedade que há outras possibilidades, alternativas, e que seguramente trarão economia de outra ordem, porque uma população menos doente, menos afetada pelo impacto dos agrotóxicos, com alimentação mais saudável, seguramente vai representar menos gastos aos cofres públicos e um ambiente também restaurado, a natureza valorizada que, com certeza, nos proporcionará melhores condições de vida.

A biodiversidade transformada em mercadoria

“Ou o governo brasileiro toma uma decisão política de realmente fazer com que as normas sejam cumpridas ou o Brasil, infelizmente, irá optar por interesses econômicos das transnacionais em lugar dos interesses coletivos da população”, afirma a advogada Larissa Ambrosano Packer

POR GRAZIELA WOLFART E THAMIRIS MAGALHÃES

“O s agricultores, há 10 mil anos, desde a revolução agrícola, vêm melhorando sementes de forma coletiva, histórica, selecionando e reutilizando sementes para a safra seguinte. Mas a Monsanto, a Bayer e a Syngenta se apropriam desse material genético com algumas modificações feitas em laboratório e, a partir daí, os países optam por remunerar as inovações vindas dos laboratórios em detrimento das inovações feitas há 10 mil anos pelos agricultores”. A reflexão é da advogada Larissa Ambrosano Packer, em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line. Sobre a questão dos transgênicos, ela coloca que os direitos dos agricultores vêm sendo ofendidos e que “falta quase tudo para a implementação da Constituição Federal e para a implementação dos direitos dos agricultores”.

Larissa Ambrosano Packer, advogada da Terra de Direitos - Organização de Direitos Humanos, é mestre em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Paraná. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que falta para que os direitos dos agricultores ao livre uso da biodiversidade se tornem realidade concreta no Brasil?

Larissa Ambrosano Packer - O direito dos agricultores ainda não foi regulamentado pelo Brasil. Na década de 1990, o país optou por regulamentar os mecanismos de proteção intelectual ou a privatização da biodiversidade. Temos aqui a primeira lei de biossegurança que autoriza a comercialização de transgênicos. Depois tem a lei de propriedade industrial, que autoriza a patente de transgênicos. Primeiramente, autoriza-se a circulação da semente transgênica como mercadoria e, depois, autoriza-se a privatização da propriedade intelectual desta semente. Qualquer um que queira plantar a

semente transgênica tem que pagar uma quantia para aquele que melhorou essa semente. Depois disso veio a Lei de Proteção de Cultivares¹, que autoriza uma taxa tecnológica para a proteção das sementes. Isso tudo é decorrente da implementação dos mecanismos da Organização Mundial do Comércio - OMC, que passa a enxergar nos seres vivos também possibilidades de privatização. Os agricultores há 10 mil anos, desde a revolução agrícola, vêm melhorando

¹ Lei de Proteção de Cultivares (LPC): sancionada em 25-04-1997, é uma espécie de proteção intelectual dos direitos de criação do pesquisador e assim encorajar o investimento em pesquisa agrícola. Com o advento dessa lei, o uso, pelo produtor de sementes, de uma cultivar protegida, somente poderá ser feito mediante prévia autorização do criador da cultivar, que poderá ou não exigir o pagamento de “royalties” pela sua exploração comercial. (Nota da IHU On-Line)

sementes de forma coletiva, histórica, selecionando e reutilizando sementes para a safra seguinte. Mas a Monsanto, a Bayer e a Syngenta se apropriam desse material genético com algumas modificações feitas em laboratório e, a partir daí, os países optam por remunerar as inovações vindas dos laboratórios em detrimento das inovações feitas há 10 mil anos pelos agricultores. O que se tem de direito dos agricultores hoje em âmbito internacional? Dois tratados: a convenção da diversidade biológica, que reconhece as comunidades tradicionais como portadoras de conhecimentos ligados ao uso da biodiversidade; e o tratado internacional sobre os recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura. Esse tratado, embora o Brasil tenha ratificado a convenção, ainda não está regulamentado no país. Qual é a grande consequência disso: a aprovação dos transgênicos no Brasil e o controle da cadeia agroalimentar por cerca de seis empresas. O preço dos alimentos no Brasil passa a ficar à mercê da “comoditização” desse controle. E os direitos dos agricultores vêm sendo ofendidos ao longo desse período. Falta quase tudo para a implementação da Constituição Federal e para a implementação dos direitos dos agricultores.

IHU On-Line - Quais os principais danos causados pelos organismos transgênicos em diferentes esferas, do agricultor ao consumidor? Quais seriam as vias jurídicas para que esses danos sejam revertidos?

Larissa Ambrosano Packer - A avaliação de risco da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio não está dentro da legalidade. Há uma norma, a RN5, que regulamenta o Protocolo de Cartagena² no Brasil e que

2 Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança: tratado sobre biossegurança assinado durante a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em Cartagena, Colômbia. Aprovado em 29 de janeiro de 2000 e em vigor desde setembro de 2003, o texto disciplina questões envolvendo o estudo, a manipulação e o transporte de organismos geneticamente modificados (OGM) entre os países membros do acordo. (Nota da IHU On-Line)

“Qualquer um que queira plantar a semente transgênica tem que pagar uma quantia para aquele que melhorou essa semente”

propõe vários critérios para se fazer a avaliação de risco sobre os alimentos transgênicos. É preciso acompanhar por três gerações os efeitos daquele alimento ou daquele grão, e fazer testes no animal prenhe para ver se tem algum efeito sobre o feto. Enfim, são alguns testes que devem ser feitos em animais para saber se haverá implicações daquela modificação genética para a saúde dos seres humanos e dos animais. Da mesma forma, é preciso fazer estudos de impacto ambiental para ver se aquele gene causará alguma modificação genética nos polinizadores, nos insetos que têm contato com a planta que foi geneticamente modificada. E isso a CTNBio não está conseguindo realizar. Para que se consiga efetivamente viabilizar o princípio da precaução no Brasil de acordo com os impactos ao meio ambiente e à saúde, precisamos que a comissão da CTNBio cumpra com o exigido em lei. Ou o governo brasileiro toma uma decisão política de realmente fazer com que as normas sejam cumpridas ou o Brasil, infelizmente, irá optar por interesses econômicos das transnacionais em lugar dos interesses coletivos da população.

IHU On-Line - Quais os desafios que os agricultores, povos e comunidades tradicionais enfrentam para usufruírem da biodiversidade?

Larissa Ambrosano Packer - São diversos. Como já falamos, essa questão da privatização é difícil. Porque um agricultor que está há mais de 30 anos conservando uma variedade crioula, vê a sua variedade privatizada por al-

guma empresa e não pode mais usar o fruto do seu próprio trabalho, que é a semente. Para usá-la precisa pagar royalties. Há várias outras implicações, como o pagamento pelos serviços ambientais, que é um dos mecanismos para introduzir a chamada “economia verde”, que faz com que os agricultores não possam mais utilizar as suas áreas, porque são realizados contratos de prestação de serviços ambientais. Vários componentes da biodiversidade acabam virando mercadorias e podem ser transacionadas entre as comunidades prestadoras de serviços e as empresas. O que se costuma chamar de “economia verde” nós chamamos de capitalismo verde. São várias situações em que se está delegando para o mercado a possibilidade de conservar o meio ambiente.

IHU On-Line - Como o Brasil pode começar a identificar os alimentos que contêm transgênicos?

Larissa Ambrosano Packer - Vou dar um exemplo: se um agricultor orgânico mora ao lado de um agricultor que planta semente transgênica, haverá contaminação pelo ar e pelo vento, principalmente no caso da polinização cruzada. O primeiro agricultor, ao vender sua produção, colocará um selo de “orgânico” ou venderá para o mercado convencional e o consumidor, lá na ponta, estará consumindo um produto achando que é convencional, mas que está contaminado com transgênico. Então, é difícil rotular, porque a contaminação se deu lá no campo. Muitos dos consumidores do Brasil e do mundo estão consumindo alimentos sem rotulagem de transgênico, achando que é convencional. No Brasil temos apenas o óleo de soja e o amido de milho que são rotulados como transgênicos. Então, temos uma ofensa aos direitos dos consumidores porque não se consegue rotular, e uma ofensa aos direitos dos agricultores que, não conseguem optar pelo sistema produtivo: se é agroecológico, ou orgânico ou é convencional, por conta dessa contaminação generalizada.

Um outro modelo de desenvolvimento para a Amazônia

Para a socióloga Letícia Rangel Tura, existem ações importantes acontecendo no território nacional que precisam ser mais valorizadas

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Na opinião da socióloga Letícia Tura, “na Amazônia já ocorre outro modelo de desenvolvimento de várias iniciativas de populações agroextrativistas, agricultores familiares, quilombolas, que têm resistido no território, nas suas unidades de conservação, na sua terra, pensando em várias propostas alternativas de manejo florestal comunitário, de agroecologia, de gestão do território”. A entrevista foi concedida por telefone à IHU-On-Line. Para a pesquisadora, o que é preciso é que tais propostas tenham efetivamente o “apoio governamental, recursos públicos, para que elas de fato possam se desenvolver, construir mercados próprios, do ponto de vista do comércio justo”. E afirma: “acredito que existem várias experiências que deveriam ser sistematizadas, ampliadas, nessa possibilidade de pensar em outra proposta de desenvolvimento”.

Letícia Rangel Tura é socióloga e diretora-executiva do Programa Regional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como avalia o avanço dos projetos de produção de agrocombustíveis no Brasil?

Letícia Rangel Tura - Os vários programas e políticas de agrocombustíveis no Brasil que vêm desde 2004, 2005, apesar de toda a perspectiva de que fossem baseados na agricultura familiar, na verdade, tornaram-se projetos voltados para a produção da soja. Quer dizer, outra grande parte é sebo de boi e não se conseguiu concretizar efetivamente a proposta de se ter uma produção baseada na agricultura familiar. Por outro lado, grande parte desses projetos é baseada numa relação de integração com a indústria, da agricultura familiar com a indústria, o que limita muito as possibilidades de autonomia e independência da agricultura familiar. Por outro lado, são baseados em monocultivos ou em algum outro tipo. A soja, como falei anteriormente, teve essa perspectiva da mamona, mas não tem como base uma matriz diversificada de óleos, uma matriz industrial diversificada também e pequenas indústrias localizadas, coordenadas por cooperativas. E outras, como o etanol, também trazem grandes impactos ambientais, que são os impactos ambientais e sociais de toda a produção monocultiva. Vários tipos de monocultivos, como soja, cana, eucalipto, trazem vários impactos ambientais para os terri-

tórios, desde a contaminação por uso intensivo de agrotóxicos, desmatamento, assoreamento de rios etc.

IHU On-Line - Por que chamá-los agrocombustíveis e não biocombustíveis?

Letícia Rangel Tura - Porque bio traz a noção de vida. E da maneira como eles estão se desenvolvendo, como eles foram concebidos, não poderíamos associar isso à vida, uma vez que eles trazem profundos impactos socioambientais onde ocorrem. Por isso é preferível chamá-los de agrocombustíveis.

IHU On-Line - Quais os impactos do agrocombustível sobre a agricultura e a alimentação?

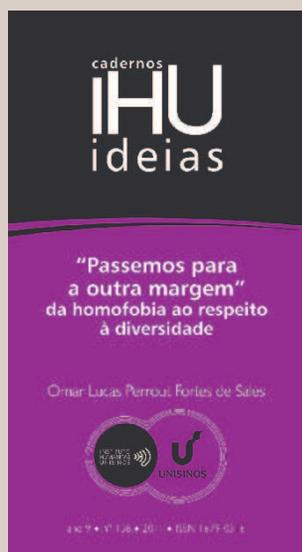
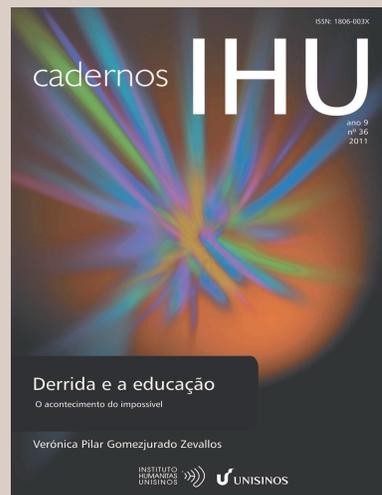
Letícia Rangel Tura - Os agrocombustíveis podem ter uma concorrência enorme com a produção de alimentos. Se você não tiver um controle sobre a quantidade a ser plantada, eles vão concorrer com as áreas de produção de alimentos. Têm estudos que mostraram que isso aconteceu, por exemplo, em algumas regiões de São Paulo, onde a área de cana se impôs sobre área de produção de feijão, arroz. Mas, afora isso, não é só a quantidade de área produzida para se alcançar determinadas metas, mas também a forma como se produz. Novamente voltamos para a questão do monocultivo. Quer dizer, se você pensa a produção de

agrocombustível sem associar à produção de alimentos, aquela vai acabar concorrendo com estes. Acredito que tudo depende de qual é o objetivo inicial que você tem. Quando você planeja inicialmente e seu objetivo está voltado para o desenvolvimento local, para a soberania energética e alimentar da população, você estará voltado para o abastecimento industrial.

IHU On-Line - Acredita que a Amazônia pode oferecer ao Brasil uma chance de romper com o atual modelo de desenvolvimento?

Letícia Rangel Tura - Acredito que na Amazônia já ocorre outro modelo de desenvolvimento a partir de várias iniciativas de populações agroextrativistas, agricultores familiares, quilombolas, que têm resistido no território, nas suas unidades de conservação, na sua terra, pensando em várias propostas alternativas de manejo florestal comunitário, de agroecologia e de gestão do território. O que é preciso é que estas propostas tenham efetivamente o apoio governamental, recursos públicos, para que elas de fato possam se desenvolver, construir mercados próprios, do ponto de vista do comércio justo. Acredito que existem várias experiências que deveriam ser sistematizadas, ampliadas, nessa possibilidade de pensar em outra proposta de desenvolvimento.

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevistas da Semana

A religião na internet: surgimento de um novo modo de ser religioso

O processo da midiaticização da sociedade “nos permite concluir que, realmente, na cultura midiática está nascendo um novo modo de ser religioso”, constata Joana Puntel

POR THAMIRIS MAGALHÃES

A Igreja Católica, como as demais instituições religiosas e não religiosas, começa a se inserir no mundo digital. Atualmente são inúmeros sites católicos que disponibilizam velas, terços, Bíblias virtuais, além de vídeos com celebrações litúrgicas, homilias, músicas religiosas, etc. Os dispositivos móveis também já têm espaço para os religiosos. A Bíblia já pode ser lida e o terço rezado pelo Ipad, por exemplo. Essa chegada da religião ao mundo digital vem causando curiosidade em muitos pesquisadores, que começam a estudar o impacto que as tecnologias causam em instituições religiosas e como estas devem não só utilizar, mas também pensar o ambiente digital. Além disso, muitos estudiosos começam a analisar qual o real desafio das religiões ao “entrarem” no mundo da Web 2.0. Uma das teóricas no campo da comunicação e da Igreja Católica é Joana Terezinha Puntel, que fala a respeito da Igreja na cultura midiática, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para ela, é preciso dialogar com o sujeito do nosso tempo. “Tudo é muito novo, especialmente no mundo das redes sociais”.

Joana Terezinha Puntel pertence à Congregação das Irmãs Paulinas. É jornalista, mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, doutora em Comunicação Social pela Simon Fraser University (Canadá) e pós-doutora pela London School of Economics and Political Science (Inglaterra). Atua como coordenadora, orientadora pedagógica, docente em nível de pós-graduação no Serviço à Pastoral da Comunicação - Sepac e como professora no Instituto Teológico de São Paulo e no Studium Theologicum de Curitiba. É membro da Equipe de Reflexão de Comunicação na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, faz conferências e dirige seminários na Pastoral da Comunicação em diversas dioceses do Brasil. Confirma a entrevista.

IHU On-Line - Como analisa a Igreja midiática hoje? Qual sua expectativa?

Joana Terezinha Puntel - Há uma variedade imensa e diversificada para aquilo que se pode chamar de “Igreja midiática” hoje. Para uma análise, é preciso fazer os devidos recortes e verificar compreensão, comportamentos, iniciativas, uso das tecnologias de comunicação, etc. em profundidade. A expectativa é a de que todo esse “fenômeno” que estamos vivendo não seja uma simples atração de novida-

des, mas tenha a reflexão cultural necessária por parte da Igreja e diretrizes claras do seu atuar na mídia.

IHU On-Line - Por que diz que o apelo para a Igreja hoje é ela conseguir entrar na cultura digital da interatividade?

Joana Terezinha Puntel - Na verdade, não se trata tanto de “entrar” na cultura digital, mas de “estar” na cultura digital. Trata-se de uma necessidade intrínseca da evangelização que exige o diálogo entre fé e cultura, como já advertia o Papa Paulo VI, na *Evangelii*

Nuntiandi (45), repetida mais tarde por João Paulo II no *Redemptoris Missio* (37c).

IHU On-Line - A Igreja está conseguindo utilizar adequadamente as redes de relacionamento? Quais os principais objetivos da instituição religiosa ao entrar no mundo digital? Eles estão sendo alcançados?

Joana Terezinha Puntel - É preciso dialogar com o sujeito do nosso tempo. Tudo é muito novo, especialmente no mundo das redes sociais. Seria preciso

uma pesquisa séria para poder afirmar se a Igreja está utilizando *adequadamente* as redes de relacionamento. Observa-se, de modo geral, que há um esforço, especialmente por parte de alguns setores, e algumas dioceses para desenvolver o relacionamento nas redes sociais. Sem dúvida falta muito, pois a tentação é sempre de “usar” os meios, sem o preparo cultural adequado, compreendendo que o processo da comunicação está mudando. Não é mais unilinear, mas interativo.

IHU On-Line - Para a Igreja Católica, o meio, ou seja, os dispositivos tecnológicos, são importantes? Ou o fundamental é a propagação da mensagem, independentemente do meio em que ela será divulgada?

Joana Terezinha Puntel - Os dispositivos tecnológicos são importantes para todos, na sociedade em geral, e, portanto, também para a Igreja. A questão não é mais concebê-los como simples canais por onde passa um conteúdo, como se fossem “peças” isoladas. Há uma hibridização, ou seja, um processo de mediação (o que implica vários aspectos, como conteúdo, produção, os aparatos, sujeitos, etc.). Naturalmente que a Igreja tem um conteúdo a oferecer (mensagem), mas esse não é mais separado simbolicamente de todas as outras “formas” que ajudam a criar ou não novos sentidos, novos significados para as pessoas.

IHU On-Line - Como a Igreja percebe os sites católicos que disponibilizam vela, terço, Bíblia virtuais? Qual o intuito da Igreja em disponibilizá-los na rede?

Joana Terezinha Puntel - É preciso tomar cuidado quando se aplica o termo Igreja de modo geral. Na verdade, são segmentos da Igreja que, por iniciativa própria tomam tais atitudes. Acredito que a Teologia deveria também estudar comunicação (por exemplo, esses fenômenos) para responder como fica a fé. Porque se trata de novas expressões da fé - mudam as formas, mas a fé é a mesma.

IHU On-Line - Como avalia a religiosidade de uma pessoa que deixa de acender uma vela ou rezar um terço em uma capela ou igreja para fazê-

“É sempre importante não perder de vista o processo da mediação, que nos permite concluir que, realmente, na cultura midiática está nascendo um novo modo de ser religioso”

los virtualmente?

Joana Terezinha Puntel - O povo, em geral, não está preocupado com as formas. Ele tem a fé simples e pura e quer alcançar a graça que pede. A questão da “exploração” (se é que se pode dizer isso!) não vem dele.

IHU On-Line - Acredita que, neste novo tempo, está ocorrendo uma transição, causando o surgimento de uma nova religiosidade, originária da internet, já que, hoje em dia, muitas pessoas podem assistir uma missa via web, sem precisar ir ao templo, por exemplo? Acredita que está surgindo um novo modo de ser religioso?

Joana Terezinha Puntel - A nova religiosidade que está surgindo não é só pelo fato de que se pode “assistir” a missa via web. Há outros aspectos importantes a serem considerados. Por exemplo, o fato de uma comunidade se reunir (fisicamente!). É sempre importante não perder de vista o processo da mediação, que nos permite concluir que, realmente, na cultura midiática está nascendo um novo modo de ser religioso.

IHU On-Line - Como entende a utilização das redes sociais pelos padres, irmãs e demais membros da Igreja Católica? Acha que atrai os fiéis para a Igreja e/ou faz com que permaneçam os já existentes?

Joana Terezinha Puntel - Acredito, como já mencionado anteriormente, que é preciso ter claro o que é a mis-

são de evangelizar. Sua necessidade de dialogar com as pessoas do hoje. Mas isso implica conhecer a cultura midiática, ter uma forte espiritualidade e cuidar da qualidade do ser e do atuar.

IHU On-Line - O Papa João Paulo II chamou os meios de comunicação de um “novo areópago”, ou seja, a nova “praça”, e que a Igreja deveria caminhar para essa “praça”. Em sua concepção, a Igreja tem refletido sobre a utilização correta desses meios?

Joana Terezinha Puntel - Na verdade, ao referir-se a “um novo areópago”, João Paulo II mencionou o “mundo da comunicação” em que, naturalmente, os meios de comunicação estão criando novas atitudes, etc. Sim, a Igreja, como São Paulo em Atenas, deve estar nessa “praça” pública para anunciar o Evangelho. O cuidado, porém, recai nas palavras “é preciso integrar à mensagem nesta nova cultura”, como diz o pontífice no documento *Redemptoris Missio*, n. 37c.

IHU On-Line - Existe algum tipo de formação para os que divulgam a mensagem religiosa no mundo virtual?

Joana Terezinha Puntel - Sim, existem vários cursos de formação. Por exemplo, o Serviço à Pastoral da Comunicação - Sepac (www.sepac.org.br) é um centro de comunicação dedicado à educação, formação para a comunicação, levando em conta o preparo cultural e prático do mundo virtual.

IHU On-Line - A senhora acredita que, independentemente do que o que é dito e lido na internet, o simples fato de estar conectado a novo mundo muda muita coisa?

Joana Terezinha Puntel - Não é um fato mecânico! Sim, há grande influência. Mas por isso mesmo é necessário a formação para o senso crítico, a educação para as devidas escolhas, enfim, uma educação para os princípios e valores fundamentais da pessoa. E isso deveria passar todas as pastorais. Por exemplo, a catequese deveria trazer a cotidianidade das crianças, dos adolescentes... para trabalhar a partir de suas realidades.



Acessibilidade à TV digital para pessoas com necessidades especiais

POR FRANCISCO UTRAY*

A cada dia aparecem novas telas e dispositivos que nos permitem aceder por meio de imagens em movimento e som ao entretenimento, à cultura e à educação. Os dispositivos móveis e os computadores, as pequenas telas dos telefones móveis, as plataformas de jogos compartilham o universo audiovisual com os meios tradicionais como o cinema e a televisão. Os meios audiovisuais converteram-se em uma das bases da socialização.

O reconhecimento do direito de acesso à comunicação televisiva para as pessoas com necessidades especiais tem gerado em muitos países normas jurídicas que obrigam os operadores de televisão a emitir serviços de acessibilidade como legendas, a áudio-descrição ou a língua de sinais. A Convenção sobre Direitos para as Pessoas com Necessidades Especiais, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006, constituiu toda uma meta nesse processo, dando lugar ao desenvolvimento de legislações que faz obrigatória a prestação de serviços de acessibilidade.

No Brasil, a Lei federal n. 10.098 (2000), Lei da Acessibilidade, em seu

artigo 17 reflete um compromisso com a acessibilidade à comunicação audiovisual que será desenvolvido posteriormente no Decreto n. 5.296 (2004), em que se definem os serviços de acessibilidade à televisão: subtítulos (legenda oculta), áudio-descrição (áudio-descrição) e língua de sinais (janela de libras). Finalmente a Portaria n. 310 (2006) regula os subtítulos e a áudio-descrição na transmissão de TV analógica, e a Portaria n. 188 (2010) modifica o calendário de implantação para a transmissão de televisão digital.

No caso da Espanha o direito de acessibilidade à comunicação audiovisual das pessoas com necessidades especiais aparece na lei 51/2003, de 2 de dezembro, de igualdade de oportunidades, não discriminação e acessibilidade universal das pessoas com algum tipo de deficiência física. As obrigações concretas que se impõem aos operadores de televisão digital têm ficado fixadas na lei 7/2010, a Lei Geral da Comunicação Audiovisual.

As pessoas com necessidades especiais auditivas demandam o subtítulo de toda a programação e a incorporação de intérpretes de língua de sinais

* Francisco Utray é doutor em Documentação e professor titular de Comunicação Audiovisual na Universidade Carlos III de Madri. Faz parte do Grupo de Investigação Tecmerin em que desenvolve projetos sobre acessibilidade à comunicação audiovisual para pessoas com necessidades especiais. Participa regularmente das atividades do Grupo Cepos. E-mail: <futray@hum.uc3m.es>.

em alguns programas. Também se está estudando a possibilidade de oferecer para essas pessoas uma pista de “som limpo” (*clean audio*) equalizada para maximizar a inteligibilidade dos diálogos nos conteúdos de ficção.

Para as pessoas com necessidades especiais visuais, o serviço de áudio-descrição é essencial nos programas de ficção e nos documentais. Mas este coletivo também demanda que os serviços interativos, como a Guia Eletrônica de Programação - EPG, estejam acessível através dos sistemas de áudio-navegação.

As pessoas com necessidades especiais motoras também têm definido seus requisitos de usuário para a televisão, fixando a atenção fundamentalmente nos sistemas de navegação interativos e na ergonomia do hardware e software para que possam se adaptar à enorme heterogeneidade das necessidades especiais deste coletivo.

As pessoas mais velhas com necessidades especiais intelectuais podem-se beneficiar de todas as aplicações descritas anteriormente dentro da lógica do desenho para todos. Se os produtos e meios fossem concebidos e desenvolvidos tendo em consideração as demandas das pessoas com necessidades especiais, todos os usuários poderiam se beneficiar da facilidade de uso e da qualidade de tais produtos.

Serviços de acessibilidade à TV digital

1) A legenda é um serviço de apoio à comunicação que mostra na tela, me-

“As pessoas com necessidades especiais motoras também têm definido seus requisitos de usuário para a televisão, fixando a atenção fundamentalmente nos sistemas de navegação interativos”

diantes textos e gráficos, a informação sonora que se produz em qualquer obra audiovisual. Consiste em incorporar à imagem textos escritos que reproduzem as mensagens faladas e os sons significativos, permitindo às pessoas com limitações auditivas aceder à obra audiovisual.

2) A língua de sinais é um sistema de comunicação linguística utilizado tradicionalmente pelas pessoas surdas e com necessidades afins. Para sua utilização nos sistemas audiovisuais, pode-se incorporar o intérprete na própria cena ou através de uma janela flutuante sobre a tela.

3) A áudio-descrição permite às pessoas cegas ou com necessidades visuais aceder a programas de televisão, pro-

duções audiovisuais e outros meios de telecomunicação com imagens proporcionando-lhes uma descrição narrada de elementos visuais finques que aparecem neles. A descrição de elementos tais como ações, vestuário, gestos e mudanças de cena, entre outros, possibilita que uma pessoa cega ou com necessidades especiais visuais siga plenamente a história. A narração que descreve os elementos visuais da obra audiovisual, realizada por descritores especializados, mistura-se com sua banda sonora aproveitando os espaços que deixam os diálogos.

4) O serviço de áudio limpo (*clean audio*) proporciona ao usuário final uma mistura de som que privilegia os diálogos sobre os efeitos de som e a música, conseguindo otimizar a captação e o entendimento do conteúdo auditivo.

5) A interatividade, que é um elemento substancial dos sistemas digitais da comunicação audiovisual, também tem que ser acessível. Os menus interativos devem ser desenhados para que sejam intuitivos e fáceis de usar. Para as pessoas com necessidade visual, dever-se-á facilitar a navegação por áudio, o que se denomina como áudio-navegação.

Abre-se em torno do conceito de acessibilidade audiovisual uma área de investigação cujo objeto de estudo é a acessibilidade para todos os conteúdos audiovisuais em qualquer dos palcos em que se reproduz, demandando importantes contribuições dos pesquisadores da comunicação no contexto da convergência digital.



Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 18-10-2011 a 21-10-2011.

Caos e medo em Caetité: a violação dos direitos humanos

Entrevista especial com Marijane Lisboa, socióloga, membro do Conselho Deliberativo da Associação de Agricultura Orgânica - AAO, da Rede Brasil Ecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental Confira nas Notícias do Dia de 18-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Yc5u>

“Se o Estado não é capaz de fiscalizar, não deveria permitir o estabelecimento de atividades intrinsecamente perigosas como a mineração e processamento de urânio”, declara a relatora de Direito Humano Ambiental da Plataforma Dhesca.

Terceirização: uma reforma trabalhista “na calada da noite”

Entrevista especial com Marilane Teixeira, economista, assessora técnica da Confederação Nacional do Ramo Químico - CNQ

Confira nas Notícias do Dia de 19-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Yc9K>

“Os terceirizados precisam trabalhar três anos para contribuir doze meses com a previdência por conta da rotativi-

dade a que estão submetidos”, denuncia a economista.

Amazônia. Desenvolvimento insustentável e a busca de outro modelo

Entrevista especial com Elder Andrade de Paula, docente dos programas de Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Ecologia e Manejo de Recursos Naturais, da Universidade Federal do Acre - UFAC

Confira nas Notícias do Dia de 20-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5YccC>

“Está acontecendo na Amazônia um processo avassalador de destruição que pode ser comparado ao período da ditadura militar da década de 1970”, constata o professor da Universidade Federal do Acre.

A onça-pintada está ameaçada pela exploração dos biomas brasileiros

Entrevista especial com Ronaldo Morato, pesquisador do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Confira nas Notícias do Dia de 21-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5YchV>

A criação de um corredor para as onças-pintadas no semi-árido permitiria “o fluxo de informação genética das espécies ao longo do semiárido”, aponta o pesquisador do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

O IMPACTO DA PLANTAÇÃO EXTENSIVA DE EUCALIPTO NAS CULTURAS TRADICIONAIS

DATA: 3/11/2011

PROF. MS MARCELO HENRIQUE SANTOS TOLEDO - UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ/SP

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 24-10-2011
<p>Evento: Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana” Palestrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz Tema: O muçulmano Horário: 14 às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://bit.ly/qQ7NQp</p>
<p>Evento: Ciclo de Estudos: Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2011 Palestrante: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca - UFRGS Tema: Celso Furtado: o projeto desenvolvimentista furtadiano e sua atualidade Horário: 20 às 22h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://migre.me/5YcrR</p>
Dia 26-10-2011
<p>Evento: ObservaSinos - Oficina Indicadores do Trabalho Palestrante: José Tavares - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE Tema: Indicadores do Trabalho Horário: 14h às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://migre.me/5Ycuc</p>
Dia 27-10-2011
<p>Evento: IHU ideias - outubro 2011 Palestrante: Profa. MS Isamara Della F. Allegretti - Coordenadora do Curso de Graduação Tecnológica de Gestão de Recursos Humanos da Unisinos Tema: Trabalho, formação e aprendizagem da Geração Y Horário: 17h30min às 19h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://migre.me/5VoT8</p>

Acesse a programação completa
dos eventos do IHU em
www.ihu.unisinos.br

Geração Y: primeira geração global

A velocidade é característica dessa geração, associada à impaciência, independência, autossuficiência e segurança em relação ao que sabem e ao que querem da vida, defende a professora Isamara Allegretti

POR GRAZIELA WOLFART

Quinta-feira, dia 27 de outubro, a professora MS Isamara Della F. Allegretti, coordenadora do curso de Graduação Tecnológica de Gestão de Recursos Humanos da Unisinos, abordará o tema “Trabalho, formação e aprendizagem da geração Y” no Instituto Humanitas Unisinos - IHU. O evento ocorre das 17h30min às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU.

Isamara concedeu a entrevista a seguir por e-mail para a **IHU On-Line**, onde afirma que “essa geração se desenvolve a partir das novas formas de produção que inauguram novas formas de relações de trabalho. As formas de produzir, que substituíram o clássico modelo taylorista-fordista, passaram a demandar outro tipo de trabalhador, comprometido com resultados e empreendedor na busca de soluções criativas e inovadoras para processos e produtos. As antigas hierarquias foram substituídas”. Para ela, “esta geração parece não depositar todas as fichas da vida no trabalho. Mas a conquista de um espaço no mundo através do trabalho segue sendo um objetivo importante”.

Isamara Allegretti é psicóloga graduada pela PUCRS, especialista em Saúde e Trabalho pela UFRGS e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quem é a geração Y? Como ela pode ser caracterizada e definida?

Isamara Allegretti - Antes de definir quem é a geração Y, faz-se necessário dizer que a idade não pode ser o único critério a ser utilizado. O período de tempo que define uma geração é apenas uma referência, seus limites são tênues. Outros critérios precisam ser levados em consideração, sejam as vivências históricas de conjuntos populacionais, a visão de mundo e os valores compartilhados. Encontramos, na literatura, que essa geração compreende os nascidos entre os anos 1980 e 1990. Há alguns que apontam o excesso de alarde sobre as peculiaridades da também chamada geração Milênio, e que se trata muito mais de um estágio de vida (adolescência inquieta e contestadora, por exemplo). Mas outros autores, como Don Tapscott¹, afirmam

que o que caracteriza essa nova geração é a produção de conexões cerebrais distintas de gerações anteriores, conduzindo a novos modos de conectar informações que levam a um funcionamento cerebral diferente do de seus pais. Uma das consequências disso seria a velocidade no processamento de dados (imagens, textos, etc.). Aliás, velocidade é característica dessa geração, segundo Sidnei Oliveira², associada à impaciência, independência, autossuficiência e segurança em relação ao que sabem e ao que querem da vida. Uma característica marcante e que terá impacto importante nas relações de trabalho envolvendo essa geração é a forma como encara a hierar-

quia, demonstrando baixa capacidade de submissão. São muitos os aspectos a comentar, mas talvez valha a pena destacar outro que é comum na literatura: trata-se da primeira geração global, forjada a partir das mídias eletrônicas. Isso permite um alto nível de conectividade que é marca registrada da geração Y.

ção internet”. Atualmente, dirige a empresa nGenera, realizando pesquisas e programas de educação. (Nota da IHU On-Line)

² Sidnei Oliveira: consultor, autor e palestrante, expert em conflitos de gerações, geração Y e Z, desenvolvimento de jovens talentos e redes sociais. Formado em Marketing e Administração de Empresas, autor de vários livros sobre liderança e administração. É atualmente sócio-fundador da Kantu Educação Executiva e vice-presidente do Instituto Atlantis de preservação ambiental. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Como se estabelecem os processos de trabalho, formação e aprendizagem na geração Y?

Isamara Allegretti - Pode parecer lugar-comum afirmar que se trata de pergunta complexa e que demandaria um bom tempo para respondê-la, pois merece um tratado a respeito. Diria que essa geração também se desenvolve a partir das novas formas de produção que inauguram novas formas de relações de trabalho. As formas de produzir, que substituíram o clássico modelo taylorista-fordista, passaram a demandar outro tipo de trabalhador, comprometido com resultados e empreendedor na busca de soluções criativas e ino-

via, demonstrando baixa capacidade de submissão. São muitos os aspectos a comentar, mas talvez valha a pena destacar outro que é comum na literatura: trata-se da primeira geração global, forjada a partir das mídias eletrônicas. Isso permite um alto nível de conectividade que é marca registrada da geração Y.

vadoras para processos e produtos. As antigas hierarquias foram substituídas através de processos de Downsizing e Reengenharia, por exemplo, criando novos perfis de competências nas organizações, gerando a necessidade de um novo perfil de trabalhador, mais autônomo, solucionador de problemas, adaptável e flexível, responsável e com alta capacidade de trabalhar em equipe. Quero dizer com isso que novas competências passam a serem demandas no mundo do trabalho.

Participação ativa e coletiva na produção do conhecimento

A formação não tem mais na escola/universidade um *locus* privilegiado, sendo que esses espaços se tornam uma entre tantas possibilidades de aprendizagem que não se reduzem a eles. A difusão da comunicação digital, por exemplo, permite alta capacidade de pesquisa em tempo real; o professor deixa de ter o protagonismo de tempos anteriores nos processos de educação e aprendizagem e passa a desempenhar novos papéis, numa perspectiva muito mais de orientação. Essa geração quer participar de forma mais ativa na produção do conhecimento, mais coletiva também. Possui a expectativa de que os espaços de trabalho sejam mais lúdicos e divertidos, inspirados em empresas como a Google. Tapscott afirma que a geração Y leva os amigos para o trabalho, através da permanente conectividade. A aprendizagem, para essa geração, pressupõe boas doses de autonomia, e nesse sentido o professor tem um papel fundamental na orientação e supervisão da aprendizagem. Outra característica é a baixa tolerância a aulas que exigem longos tempos de concentração e apresentam baixa variedade metodológica. Nesse sentido, as escolas investem cada vez mais em tecnologias educacionais que permitem criar, na sala de aula, um ambiente mais próximo ao cotidiano midiático do aluno.

IHU On-Line - Qual a importância do trabalho e da formação para esse “grupo” social (se é que podemos chamar assim)?

Isamara Allegretti - Como disse ante-

“A aprendizagem, para essa geração, pressupõe boas doses de autonomia, e nesse sentido o professor tem um papel fundamental na orientação e supervisão da aprendizagem”

riormente, a formação não se limita à sala de aula e as competências desenvolvidas passam a apresentar características distintas. A formação extraclasses é certamente superior a outros momentos históricos, principalmente pela familiaridade com que utilizam equipamentos de qualquer natureza. Essas tecnologias são muito amigáveis para os jovens dessa geração. Mostram-se curiosos frente ao novo, mas também são seletivos em relação aos seus interesses. Observo um senso de praticidade bastante elevado: não querem “perder tempo” com os fundamentos das coisas, o que conduz a um senso de utilidade no que se refere à formação. Costuma-se ouvir muito em sala de aula: “como eu posso aplicar isso?” Ou seja, se não é passível de aplicação, não serve.

O trabalho não é mais o centro da vida

Parece que o trabalho também adquire novos contornos para essa geração. Ele é entendido como parte da vida e não como o centro da vida. A própria fidelidade a uma organização não é um valor cultuado por esses jovens, que se mostram muito atentos às oportunidades geradas no mercado. O trabalho também é meio de adquirir o que desejam, os recentes objetos de desejo, de consumo. Muitos se mostram extremamente conscientes da importância de se ligarem a organizações que os valorizem como sujeitos e que criem oportunidades de crescimento. Penso que a educação se tornou global e o trabalho também.

É importante salientar que não se

trata de generalizar questões tão complexas como essas. Ainda penso que vale o que afirmou Castells³ a respeito dos trabalhadores autoprogramáveis e os genéricos. Ou seja, as empresas demandaram muitos jovens talentosos capazes de gerar a necessária inovação que as conduzam a patamares diferenciados no competitivo mundo dos negócios, mas ainda demandaram muitos “trabalhadores genéricos”, que a qualquer momento podem ser substituídos por outros ou por máquinas.

IHU On-Line - Como os jovens da geração Y lidam com o saber?

Isamara Allegretti - Esse é um aspecto interessante nessa geração. Recentemente assisti a uma reportagem que mostrava uma jovem se divertindo ao contar que tentou ensinar a avó a lidar com o computador e relata as dificuldades apresentadas pela senhora com o manuseio da tecnologia. Ao final, diz a jovem: “Vó, vai cozinhar!”. Esse fato me faz pensar que há certa onipotência em relação ao saber, principalmente porque o saber está relacionado ao que essa geração valoriza e domina, ou seja, a tecnologia. É evidente que esse fato gera um problema para os modelos tradicionais de educação, em que o saber está centrado na figura dos pais, dos professores e também dos chefes. Por outro lado, espera-se que a sabedoria venha com o tempo, através da desconstrução dessas crenças de que necessitamos consolidar em determinados momentos da vida e que nos dão a ilusão de que estamos no controle da existência.

IHU On-Line - Como se dá a relação entre trabalho e tempo livre (pessoal) para a geração Y?

Isamara Allegretti - Esta geração parece não depositar todas as fichas da vida no trabalho. Mas a conquista de um espaço no mundo através do trabalho segue sendo um objetivo importante. Talvez a diferença esteja no fato de que a desobrigação da fidelidade à

³ Manuel Castells (1942): sociólogo espanhol. Entre 1967 e 1979 lecionou na Universidade de Paris, primeiro no campus de Nanterre e, em 1970, na “École des Hautes Études en Sciences Sociales”. No livro “A sociedade em rede”, o autor defende o conceito de “capitalismo informacional”. (Nota da IHU On-Line)

empresa coloque as rédeas da construção da carreira muito mais nas mãos desses jovens trabalhadores. Não é incomum verificar que, aos trinta anos, já houve muitas trocas de empregos. A busca por novas oportunidades e de uma melhor empregabilidade é condição permanente. Percebo que algumas empresas têm procurado desenvolver ambientes de trabalho que gerem a sensação de familiaridade, na busca de aumentar a satisfação dos trabalhadores nesses ambientes e, por decorrência, a produtividade. Isso tem funcionado em muitos casos, principalmente quando associado com desafios. E essa geração é movida a desafios. Por outro lado, também a tecnologia é bastante responsável pela invasão dos tempos de não trabalho.

IHU On-Line - Quais as principais novidades e contradições da geração Y?

Isamara Allegretti - Tem-se dito da geração Y que a grande novidade é que ela desenvolveu novas formas de conectividade com o mundo, possuindo a competência de estar conectada através de diversos estímulos con-

“O trabalho é entendido como parte da vida e não como o centro da vida”

mitantes. Isso exige estudos que possibilitem uma melhor compreensão acerca dos processos cognitivos, pois a escola/universidade de hoje não avançou na mesma velocidade para acompanhar essa nova forma de ver o mundo. Talvez esteja se desenvolvendo outra racionalidade para a qual não tenhamos ainda as metodologias necessárias para fazer frente a estas outras demandas.

Quanto às contradições, não sei se chamaria assim. Parece-me que estamos vivendo outro momento; a vida é carregada de contradições. Estamos permanentemente buscando compreender como se produzem essas outras subjetividades, que aos olhos de quem está no mundo há mais tempo podem soar como contradições. Um exemplo que tem se apontado com relação aos Ys é que são, ao mesmo tempo, indivi-

dualistas/competitivos e preocupados com questões ambientais, que são de uma ordem mais coletiva. Também é uma geração que tem acesso à informação como talvez nenhuma outra teve, ao mesmo tempo em que demonstram dificuldades em transformar essa informação para melhor compreender o mundo e a vida. Enquanto se mostra independente, carece de constante reconhecimento e *feedback* sobre suas ações. São contradições? Não sei... Talvez simplesmente a emergência de um novo padrão de comportamento social que ainda precisamos compreender.

LEIA MAIS...

>> A IHU On-Line já publicou uma edição sobre a geração Y. Confira:

* Cinco gerações contemporâneas. Uma descrição. Edição número 361, de 16-05-2011, disponível em <http://bit.ly/mjJq15>

>> Isamara Allegretti já concedeu uma entrevista à IHU On-Line. Confira:

* Terra fria, de Niki Caro. Publicada na edição número 218, de 07-05-2007, disponível em <http://bit.ly/qdbqmd>

Ciclo de Palestras: Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades

Por outro modo de consumir: descrição de algumas experiências alternativas

Prof. Dr. Serge Latouche - Professor de Economia na Universidade de Paris XI - Sceaux/Orsay

Data: 22/11/2011

Informações em www.ihu.unisinos.br

IHU Repórter

Valdir José de Bona

POR THAMIRIS MAGALHÃES E MÁRCIA JUNGES | FOTO ARQUIVO PESSOAL

Empolgado com seu trabalho e com sua vida. Valdir José de Bona sabe o quanto se esforçou para se sentir uma pessoa realizada. Em sua definição, o sucesso é uma mistura de saúde, realização profissional e bons relacionamentos com a família e amigos. Dono dos restaurantes Ramblas e Fratello e responsável pela alimentação oferecida no Restaurante Universitário há três anos, ele está nesse ramo desde 1985, quando abriu uma sorveteria em São Leopoldo. De lá para cá, sua paixão pela comida o fez aprimorar cada vez mais os serviços que presta, fama que pode ser comprovada em um almoço no câmpus da Unisinos. Confira a entrevista concedida pessoalmente à IHU On-Line.



Origens - Nasci em Sertão, perto de Passo Fundo-RS. Sou filho de agricultores, e até os 18 anos trabalhei em uma serraria. Tenho três irmãos que continuam na região de Passo Fundo. Vim para São Leopoldo para cursar Engenharia Civil na Unisinos. Sou formado nessa profissão, mas nunca cheguei a exercê-la.

Alimentação - Gosto de São Leopoldo desde o primeiro dia em que aqui cheguei. Abri a sorveteria Fratello em 1985, mesmo ano da minha formatura. Na verdade era uma revenda de sorvetes, sucos e sanduíches produzidos por um amigo meu, conterrâneo que veio no grupo de Passo Fundo para estudar na Unisinos. Depois de 12 anos, implantei um restaurante dentro da Unisinos, o atual Fratello, que se localiza próximo ao Direito e à Comunicação. Em 1998 decidi vender os outros restaurantes e me concentrar apenas no Fratello. Nessa época eu trabalhava 17 horas por dia e fechava só no Natal e ano novo. Era muito puxado. Isso aconteceu por 12 anos. Via poucas vezes minha família, era muito desgastante, mas também foi a época

de fazer o “pé de meia”. Em seguida surgiu a oportunidade de assumir a alimentação oferecida no Polo de Informática, no restaurante Ramblas da Unitec. Começamos servindo de 30 a 35 refeições, por uns dois anos. Nesse período não tínhamos vantagens com esse negócio. Com o passar do tempo é que a situação melhorou, com o expressivo crescimento do polo. Agora é que podemos dizer que temos lucro e que vale a pena.

Organização - É importante ressaltar que trabalhamos de segunda a sexta. Para suportar isso é preciso estar organizado com as finanças. Há um lado bom, pois podemos descansar. Porém, não podemos nos iludir com o faturamento do tempo de aula. É preciso “guardar gorduras” para quando chegarem as férias. Quando vem o final de novembro, começo de dezembro, diminuí o número de alunos, pois o campus fica praticamente deserto. Há, ainda, recesso de dezembro e os meses de janeiro e fevereiro, que são meses fracos. As lancherias diminuem drasticamente seu movimento nesse período. Nessa época, tentamos diminuir as

despesas, já que as receitas caem.

Dedicação - Ter um empreendimento de alimentação requer muita energia. É preciso abrir mão de diversas coisas para mantê-lo funcionando. Hoje estou revendo isso. Mas largar o negócio “ao Deus dará” não dá certo. É preciso envolvimento, acompanhamento. Depois de ter assumido a alimentação oferecida no Polo de Informática, surgiu a oportunidade de assumir o Restaurante Universitário - RU. Esse foi um desafio que aceitamos há 3 anos. Recebemos várias críticas, mas bem mais incentivos. Penso que avançamos muito em relação ao modelo antigo desse restaurante. É preciso um acompanhamento intenso, monitorando como as pessoas descascam os legumes, como utilizam o azeite, como é feita a limpeza. Isso é diário. Se você está em casa e chama amigos para jantar, após a refeição é preciso limpar tudo, organizar, deixar bem arrumadinho. A mesma coisa acontece nos restaurantes. Depois de preparar um almoço, temos que limpar e organizar tudo, deixando pronto para o jantar. Só que isso ocorre em escala

bem maior. Dali a pouco chegam verduras, frutas e outros alimentos. Então, é preciso organização, treinamento e saber o que se está fazendo.

Tenho uma teoria de que restaurantes “artesanais”, como é o caso do RU e do Fratello, não dão certo em grandes redes. Uma comida com perfil mais caseiro requer que se fique “de olho” direto. É preciso ouvir o cliente, acompanhar de perto todo o processo. Servir 500 ou 600 pessoas é algo complicado. Tudo tem que dar certo. As pessoas não podem sair mal atendidas. E isso exige dedicação. O cliente até compreende o erro do restaurante se percebe que o que houve não se trata de desleixo e que estamos prontos a corrigir a situação. Por essa razão não dá para assumir um monte de restaurantes e colocar algumas pessoas para tomar conta deles e não aparecer para ver o que está havendo.

Prata da casa - Uma das minhas preocupações é acordar a cada dia e fazer coisas boas, não prejudicar as pessoas. Não aceito desonestidade. Faço minha parte para que as coisas deem certo, seja na hora de descartar um papel corretamente, ou quando preciso usar o cinto de segurança. Se os outros não fazem algo, isso não significa que eu esteja autorizado a não fazê-lo também. Sou uma pessoa que quer acertar, que busca oportunidades e que tem clareza que é preciso dar limites ao trabalho, pois o excesso sempre é prejudicial. Alguém ambicioso em excesso não é uma pessoa feliz. Outra coisa que levo em consideração é privilegiar as compras em locais do meu bairro, em estabelecimentos menores, que eu conheço, que são da nossa terra. É preciso fortalecer o que é nosso,

eu valorizo muito isso.

Resgate - Penso que é importante as pessoas se cumprimentarem mais, se expressarem mais. No dia a dia isso muitas vezes não acontece. São costumes que não deveríamos perder, ou que deveríamos resgatar. Muitas vezes exageramos no tamanho que damos aos problemas. Temos o hábito de dizer que as coisas estão erradas, mas a maioria é exagero de nossa parte.

Família - Tenho duas filhas. Uma delas, Greice, é estudante de Administração, tem 20 anos e já me ajuda nos restaurantes. A outra tem 15, e se chama Júlia. Está cursando o Ensino Médio. Minha esposa se chama Fátima e cuida do restaurante Ramblas. Eu sou responsável pelo RU e pelo Fratello.

Política - Estou desiludido demais com a política. Ninguém é 100% correto, mas isso que está aí é absurdo, é demais. Todos os partidos, em alguma medida, têm se envolvido em escândalos. Na perco a esperança, até porque os jovens estão despertando suas consciências criticamente, mas a situação não está nada boa. Moralmente a situação no Brasil está péssima. É clara a falta de assistência às pessoas mais humildes, que mais precisam. Se um assalariado ficar doente, tem que contar com a sorte. Vou dar um exemplo: contratei uma cozinheira que tinha problemas cardíacos. Dois anos depois, quando foi chamada para uma triagem para realizar a operação, os exames que havia feito não valiam mais. Agilizamos novos exames e uma operação às pressas, para que ela recebesse o atendimento necessário. Ago-

ra ela está “encostada”. É disso que falo. É um descaso total. Há dinheiro para tantas coisas, mas para saúde, educação e segurança não há prioridade.

Incentivo - Agora está em funcionamento um sistema do ProUni através do qual o pessoal vem almoçar e jantar no RU. Penso que isso é fantástico. O aluno recebe a bolsa de estudos e a alimentação, algo fundamental. Coloco-me no lugar desse jovem que gostaria de fazer um curso superior, mas que não tem condições. É algo excelente que iniciou há cerca de dois meses.

Lazer - Gosto de pescar e jogar bola. Sempre que posso, faço essas duas coisas.

Religião - Sou católico “meio” praticante.

Sonho - Quero ser feliz, e isso inclui ter saúde, estar bem com minha família, ter algumas coisas que preciso e amigos. Conjugador tudo isso é um sonho que tenho. Para ser feliz, penso que não é preciso ter coisas “faraônicas”. É preciso que o dia a dia seja prazeroso, com um trabalho digno. Eu, por exemplo, não me vejo sem um trabalho. Deus me livre de ficar sem trabalhar. Claro que é bom ter qualidade no trabalho e poder tirar mais folgas, por exemplo. Todos querem trabalhar e ser reconhecidos. Comigo também é assim. Se eu faço um bom trabalho e alguém reconhece, isso me deixa satisfeito. Se alguém critica, vou atrás para tentar resolver.

Unisinos - Para mim a Unisinos é tudo em termos de realização profissional. É aqui que eu e minha família investimos nossas energias e dedicação.

LEIA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE NA PÁGINA ELETRÔNICA
DO IHU - WWW.IHU.UNISINOS.BR

Destaques



A economia de baixo carbono debatida por Serge Latouche No próximo mês de novembro, estará no Brasil o Prof. Dr. Serge Latouche, professor de Economia na Universidade de Paris XI. Ele participará do **Ciclo de Palestras: Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades**, promovido pelo IHU desde o dia 22 de agosto até 23 de novembro, com o objetivo de debater e refletir sobre os desafios socioambientais e econômicos atuais. Dia 12-11 Latouche estará em Cuiabá/MT; dia 18 em Curitiba-PR; dia 21 no Campus da Unisinos em Porto Alegre; e dias 22, 23, 24 e 25 de novembro na Unisinos. Mais informações sobre o evento podem ser obtidas em <http://bit.ly/fmmTpa>

Da homofobia ao respeito à diversidade

“‘Passemos para a outra margem’: da homofobia ao respeito à diversidade” de autoria de Omar Lucas Perroux Fortes de Sales, é o tema dos **Cadernos IHU ideias** desta semana. No artigo, o autor, doutorando em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE, alerta para a necessidade de se fazer presente em nossa sociedade a reflexão sobre as diferenças, sobretudo que sejam garantidas no que se refere ao respeito à dignidade das alteridades sexuais. Adquira o exemplar impresso da publicação na Livraria Cultural da Unisinos ou através do endereço eletrônico humanitas@unisinos.br. A partir de 24-11-2011 estará disponível no sítio www.ihu.unisinos.br a versão integral do texto em formato PDF.



Narrar Deus na cosmologia contemporânea

O IHU acaba de lançar também a edição número 64 dos **Cadernos Teologia Pública**, com o texto “Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea” de François Euvé. Neste artigo, o autor, que é teólogo, físico, decano da Faculdade de Teologia do Centro de Sèvres de Paris e diretor da Cátedra Teilhard de Chardin, analisa as possíveis articulações entre a visão científica e as teologias naturais. O exemplar impresso do Caderno pode ser adquirido na Livraria Cultural da Unisinos ou solicitada via e-mail (humanitas@unisinos.br). Já a versão integral em formato PDF estará disponível em www.ihu.unisinos.br a partir de 17-11-2011.



Siga o IHU no  (http://twitter.com/_ihu)

E também no  (<http://bit.ly/ihufacebook>)

Apoio:

